

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

SILNANDO SILVÉRIO FERREIRA

S. 9

3971(c)

banca 05 / 10 / 06
5º feira às 14h -

ORGANIZAÇÃO E LUTA
DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA:
a construção do SINTET-UFU

Tala
Silnando * Tala sobre a sua história - (que é o que queria
ver (parte dela) - a introdução.

*
Paulo Almeida.
Forma um problema / levantar forte e arranca um problema
atrasado - acha que a exigência da monografia está
atrasada.

II
Importância política do tema foi enfático nos autores q empre-
gados - Sociólogos - levanta para acender e serve p/ despertar
Sua importância diz a dificuldade de construção
do sindicato no Brasil - nasce de uma conjuntura e ambi-
te extremamente adverso

3971
10
10

SILNANDO SILVÉRIO FERREIRA

ORGANIZAÇÃO E LUTA
DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA:
a construção do SINTET-UFU

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Ms. Maucia Vieira dos Reis

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

*À minha mãe (in memoriam), ao meu pai, aos
meus irmãos, às minhas irmãs e aos meus dois
filhos, pela prática maior: o amor.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em especial o Instituto de História, pela oportunidade, e ao corpo docente, pela dedicação à educação e pela qualidade do ensino e da formação de historiadores.

Aos companheiros técnico-administrativos desta universidade, pela ação e luta em defesa da dignidade dos trabalhadores do Brasil e do mundo.

Aos meus filhos, Marcos Vinícius e Paulo Vítor, por serem e existirem.

RESUMO

Esta monografia traz como tema a luta dos trabalhadores técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) num contexto em que a voz da população brasileira clamava pelo restabelecimento da democracia no país. Na euforia do desenvolvimento econômico, social e político, a cidade de Uberlândia abraçara a promessa de sediar uma importante instituição de ensino superior público, que além da sua importância educacional cumpriria o papel de empregar significativos contingentes de trabalhadores, em especial da região do Triângulo Mineiro. A integração social e política dos trabalhadores técnico-administrativos e a luta em defesa de seus direitos foram realizações constantes, a partir das diferentes experiências obtidas. Os depoimentos dos servidores da ativa e de aposentados historiciza a correlação de forças entre trabalhadores, chefias e patrões, bem como as relações de trabalho e as reivindicações salariais. Nesse aspecto, chamam atenção as perseguições ocorridas e as variadas lutas travadas pelos servidores para reverter essa situação. Muitos deles recordam-se com orgulho da participação no processo de organização dos trabalhadores, em cada reunião política, em cada conversa no setor de trabalho e em cada informação recebida no cotidiano. Mereceu lugar de destaque nesses relatos a trajetória percorrida por esses servidores, no trabalho, na construção familiar e na educação dos filhos, o que externa sua alegria de ter participado da construção e do crescimento da UFU ao lado da comunidade universitária.

Palavras-chave: democracia, desenvolvimento, ensino superior, comunidade universitária.

tema
década
de 1980

busca
na
organiza
ção
confito
muito

destaque
nos
relatos

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E SEU SIGNIFICADO EDUCACIONAL E SOCIAL PARA A REALIDADE UBERLANDENSE	15
Capítulo 2 ABRINDO CAMINHOS: CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DO SERVIDOR	23
Capítulo 3 A CONSTRUÇÃO DO SINTET-UFU	45
Considerações finais	55
Referências	56

→ Não se perca no trabalho as ^{suas} inquietações; quais as problemáticas propostas...

→ A ausência do diálogo com os autores teóricos/metodológicos que nortearam o seu trabalho.

→ Como trabalhar com história (com as fontes orais, as suas implicações metodológicas... Ausência de clareza que sobre as fontes que sustentaram o seu trabalho..

→ O uso de fotografias no trabalho como ilustrativo mas não discutido, analisado ~~como parte integrante~~ no corpo do trabalho.

Exs. - pág 8 e 9 deslocadas. Está trabalhando 1970/1980
figuras 17, 18, 19. Terminando o trabalho, importantes sim, mas sem discussões.

→ Porque são mencionadas diferentes: entrevistas (as feitas realizadas pelo próprio memorista) e depoimentos embora no texto fazem na nota de rodapé... entrevista concedida... tal, tal. pag 38 (nota de rodapé nº 19)

→ O uso das fontes orais ~~em 2~~ formas.

- produzida por você mesmo.
- produzida por outro (pelo próprio memorista)
- fundamentação teórica metodológica.

mas não há verdades eternas na história

{ Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar.

— ANTONIO GRAMSCI

Introdução - Na introdução está organizado o primeiro
- o 2º parágrafo e os cinco últimos § fazem parte de
Introdução Os outros, e que possuem estes muito
bem historicizando a formação do SINTET, de vez
estar lá no 7º e no 3º caps.

Introdução

Esta pesquisa procura reunir dados e abrir uma discussão sobre o processo de organização e luta dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Para tanto, apóia-se em entrevistas, escritos, gravações em áudio e vídeo e publicações do jornal Ligeirinho: informativo da categoria distribuído periodicamente entre os servidores. A maioria desses registros se encontra arquivada no acervo do Projeto Memória, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (SINTET-UFU). Parte da documentação, em especial os primeiros depoimentos da Comissão de Defesa do Servidor, está registrada em folhas de papel reutilizadas ou recebidas de doações. Muitas informações não foram datadas; os indícios e as anotações revelam as dificuldades e a inexperiência política e organizacional dos integrantes do movimento, assim como a escassez de materiais necessários.

Com este trabalho, procuramos mostrar a árdua batalha enfrentada pelos servidores para construir seu sindicato. O tema foi inspirado, sobretudo, em nossa experiência profissional, pois, no cargo de técnico administrativo nesta instituição há 26 anos, participamos ativamente de boa parte dos movimentos reivindicatórios dos servidores públicos, em especial dessa categoria, por salários e condições de trabalho melhores. Nesses anos, o envolvimento e a disposição dos militantes para resolver questões trabalhistas, humanitárias e políticas nos levaram à coordenação do sindicato: antes uma utopia, hoje o consolidado SINTET-UFU.

O início do movimento de organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU só foi possível graças à dedicação e persistência dos servidores, que buscavam no trabalho ganhar o sustento da família, tributo que herdaram das gerações anteriores. Ao se integrarem ao mundo do trabalho numa instituição pública de ensino, esses trabalhadores obtiveram o contato e a oportunidade de apreender muitos ensinamentos. Os mestres, chefes e colegas eram, ainda, um pequeno contingente de pessoas, o que possibilitou, pela convivência diária, a troca de experiências. A necessidade de se organizarem e resolverem as questões em grupo mostrava o caminho para enfrentar os problemas cotidianos. A princípio, havia barreiras como o preconceito dos superiores, manifestado por meio do combate à organização política, de retaliações e da indiferença. Pairava sobre todos o monstro da punição.

Por outro lado, as mazelas nas relações de trabalho passaram a indignar os trabalhadores e a estimular a reflexão política. E para transformar a realidade e mudar a própria vida e, por consequência, a da família, era necessário acreditar na força e na

partes da
Entrevistas
→ como tinha
além do tempo
mais?

a ausência
de "recursos"
de como
organizar
um movimento
sindical

* →
O que é uma conta
informal
sobre o
projeto
naq

orientando
funcionários
militantes
e "com
preensão
do SINTET"
definição
messas

1º a
percepção
de problemas
comuns
formação
de grupos
→ existência
marco de
barreiras, por
exemplo, por
necessidade
finalmente a
indignação
reflexão política

organização. No início desse movimento, pesava a carência de informações e de experiências sindicais. A Paróquia Nossa da Aparecida foi o ponto de encontro e o espaço de apoio, num momento em que, para pensar a seu favor, os servidores precisavam agir às escondidas. Noutras palavras, foi necessária a cumplicidade de um poder que tem se justificado como mediador das diferenças: a igreja católica.

Descobertos em sua ação organizativa, as opiniões se dividiam nos *campi*, em maior grau contra o movimento. De um lado, a parcela de comandantes, perplexa e ameaçada; de outro, os comandados, culturalmente trazidos ao compromisso e à luta. Para os primeiros, tratava-se de uma ação descabida de “agitadores e baderneiros” — tese que influenciava a classe patronal local, preocupada com o novo combustível na fogueira uberlandense, acesa por sindicatos, associações diversas e movimentos populares.

O poder político-administrativo da universidade se concentrava nas orientações da reitoria aos diretores e gerentes (em geral, pessoas da confiança do reitor, indicadas por políticos e familiares influentes), os quais indicavam chefes imediatos e encarregados de turno, que controlavam o trabalho. Havia ainda os “olheiros”: falsos colegas que delatavam os próprios pares a seus superiores e, por vezes, maldosamente, acrescentavam informações que poderiam culminar em punições aos trabalhadores. Essa prática da delação era abominada por todos, pois lembrava atitudes tomadas pelo extinto Serviço Nacional de Inteligência (SNI), órgão que prestou serviços aos governos militares, os quais se mantiveram no poder pela força, até a consolidação da abertura política e a possibilidade do regime democrático no país. Os delatores promoviam o terror e eram ridicularizados na universidade por colegas de trabalho.

No início da década de 1980, o ambiente da universidade era marcado pelo autoritarismo da ditadura militar. Professores e estudantes que atuavam, respectivamente, na Associação dos Docentes da UFU (ADUFU) e no Diretório Central dos Estudantes (DCE) foram incansáveis lutadores na busca pela construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Somavam-se nessa caminhada aos funcionários técnico-administrativos.¹ O

¹ Naquela década, outras organizações políticas eram construídas na cidade: associações de moradores, pastoral operária, clubes de mães e grupos de jovens, nas igrejas, procuravam resolver os problemas cotidianos através de reivindicações e atitudes de desagravo ante o poder público municipal, estadual ou federal. Exemplo disso foi a Associação dos Moradores do Bairro Segismundo Pereira (ADESP), hoje Associação dos Moradores do Segismundo Pereira (AMOSPE), entidade onde atuávamos em favor da creche, do centro de formação de menores e do clube de mães. A luta era organizada e implementada com o apoio de setores da igreja católica, como o Grupo de Jovens Juventude Unida São João Batista (JUSJOB). A atuação dessas entidades naquele período forçou a prefeitura de Uberlândia a implementar melhorias nos ônibus, que circulavam lotados de passageiros. Também questionávamos os aumentos de tarifa. Manifestações de rua e pichações denunciavam os reajustes nas prestações da casa própria. Em âmbito nacional, o Partido dos Trabalhadores (PT), frente inovadora e de oposição com atuação destacada em São Paulo, conquistava o poder em algumas das principais cidades do país. Criava-se e exemplificava-se, pelas informações da prática exercida em outros estados da Federação, a

melhoria
do sistema

no ser
ilegal...
contem com
a igreja católica

o duelo
a igreja
cas de
força

movimento político constituído na comunidade universitária a partir de então construía um ideário social, aos olhos de todos e da cidade.

Nessa jornada, foi preciso coragem e determinação. Ao acreditarem na capacidade pessoal e no espírito de luta, os representantes dos trabalhadores contaram com apoio pessoal, material e político. O apoio dos colegas de trabalho permitiu a disponibilização de máquinas de escrever, doação de papéis e tintas, confecção de cartazes e faixas, a serem afixadas nos *campi* e empunhadas em manifestações de rua. O envolvimento desses trabalhadores com o desafio ao “novo” dos anos de 1980, contra a repressão e a proibição enfrentada pelos manifestos políticos e reivindicatórios da classe trabalhadora no Brasil, preconizava uma nova visão de mundo. As bandeiras alusivas às lutas demarcavam território e anunciavam o debate e o embate político.

Da parte dos servidores técnico-administrativos, a luta foi organizada pela Comissão de Defesa do Servidor: grupo que assumiu em público e se responsabilizou pelos atos tidos como de insubordinação. Esses servidores eram ridicularizados pelas chefias, que se preocupavam em manter a governabilidade sob as ordens de seus superiores. Ao se desqualificar esse tipo de ação, buscava-se construir, no setor de trabalho, uma forma de confronto entre um colega e outro. As indagações e os questionamentos traziam polêmicas, que se desenrolavam de maneira não esperada. As conquistas e as derrotas resultavam de uma verdadeira queda-de-braço: de um lado, a bravura dos funcionários insatisfeitos; de outro, a dureza das chefias. As demonstrações de coragem dos trabalhadores passaram a conquistar a simpatia de boa parcela dos trabalhadores técnico-administrativos, docentes e estudantes da UFU.

A Comissão de Defesa do Servidor organizava reuniões e assembléias da categoria, com as orientações de membros da Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras (FASUBRA), entidade criada para reunir o movimento sindical das associações e sindicatos de base. Nesse momento, a FASUBRA discutia sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade nacional criada para agrupar federações, confederações e sindicatos combativos, acompanhá-los e representá-los frente aos patrões e ao governo. Entre as funções dessa central, estavam as de construir políticas nacionais e internacionais à luz da conjuntura, negociar políticas nacionais para os trabalhadores e ser uma entidade democrática e combativa com ética e independência.

A FASUBRA se filiou a essa central no IV congresso da categoria, em Cuiabá (MT) (1988), num ambiente de disputa ferrenha com a Conferência Nacional da Classe

organização política. Bandeiras do partido e de movimentos organizados adentravam a universidade e anunciavam alterações na cultura uberlandense.

Sader, Eder, quando novos personagens entraram em cena

Comissão de defesa do Servidor

Fusão da CUT

Trabalhadora (CONCLAT). Para os servidores da UFU participarem desse evento, foi necessário o enfrentamento entre trabalhadores e chefias — polêmica que provocou discussão e embates entre representantes da administração superior. Por fim, a delegação foi coordenada pelo então presidente da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia (ASUFUB), também assessor do reitor e que viajou para Cuiabá acompanhado de convidados e assessores. Essa foi uma das primeiras grandes polêmicas na universidade envolvendo os servidores. Ao se inscreverem para participar das atividades do movimento reivindicatório, os trabalhadores enfrentaram o preconceito de muitos chefes, que classificavam o fazer político reivindicatório e o movimento sindical como algo clandestino.

Em entrevistas com servidores, ouvimos depoimentos e denúncias de trabalhadores das áreas hospitalar, acadêmica e administrativa sobre as práticas de autoritarismo, nepotismo e usurpação da máquina pública. Eram comuns as práticas de assédio moral de alguns chefes contra trabalhadoras. Propostas indecorosas e gracejos machistas aconteciam, sobretudo em relação às servidoras mais humildes. Estes depoimentos evidenciam tais práticas:

Assim que entrei na universidade aconteceu um caso de assédio moral/sexual em que o gerente de setor estava envolvido com uma funcionária subordinada. Ao serem flagrados em pleno ato sexual, a servidora foi imediatamente demitida, pois a corda arrebenta sempre do lado mais fraco.²

Um chefe de setor ameaçou a esposa de um trabalhador que, caso não o aceitasse, o seu esposo seria dispensado do trabalho.³

Quando denunciadas, essas práticas podiam provocar perseguições contra os denunciantes, fossem mulheres ou homens. Cobravam-lhes produção, frequência, pontualidade e obediência às ordens expressas dos superiores. Com frequência retaliavam o movimento da base. As reuniões, assembléias, paralisações, passeatas e greves poderiam resultar em ameaças, corte de ponto, suspensão por insubordinação e até demissão.

Em 1987, as assembléias lotavam as dependências dos ginásios da Escola de Educação Física da UFU, incomodando a reitoria e seus representantes. Na iniciativa privada, os patrões inquietavam-se ao perceberem o risco que corriam com a organização dos trabalhadores e a consolidação das estruturas sindicais. Uma nova cultura implantava-se na cidade, acompanhando o movimento que tomava corpo no Brasil de forma mais ampla, promovendo a solidariedade e a cooperação, organizando politicamente os moradores, nos

² FERREIRA, Laura. Entrevista. Uberlândia (MG), 24 de setembro de 2006. Servidora aposentada da UFU. Entrevista Concedida a nós.

³ SANTOS, S. Entrevista. Uberlândia (MG), 24 de setembro de 2006. Servidor da UFU. Entrevista Concedida a nós.

Tempos bons
*na engem
 zação de
 morçun
 os países
 se sente
 prejudica
 dos.*
*Falta a fundamentação teórica metodológica para Khayun e Alencastro Perelli
 "mais dados sobre os entrevistados p/ quem
 está sendo feita a análise"*

sindicatos, nos bairros e em outros pontos da cidade, em defesa dos seus direitos de trabalhadores e cidadãos.

Nesse período, fazia-se necessária a participação em fóruns locais, regionais e nacionais. Os trabalhadores técnico-administrativos tinham uma grande dificuldade para cobrir as despesas dos eventos, especialmente as despesas de viagens e diárias, pagas exclusivamente com doações pessoais dos próprios servidores e de entidades sindicais, em especial a ADUFU. O movimento não dispunha de meios formais para arrecadar recursos financeiros, e os militantes, muitas vezes, mantinham-se à própria custa ou graças à solidariedade de movimentos sociais e sindicatos estruturados.

Mesmo com as dificuldades, essas iniciativas foram fundamentais para consolidar a organização e a luta dos servidores técnico-administrativos da UFU, pois possibilitaram a participação dos servidores em seminários, grupos de trabalho, congressos da FASUBRA e atividades variadas promovidas pela CUT. Aliás, a participação em congressos da federação e da central, nas paralisações locais e nacionais, nas greves em defesa da universidade pública e gratuita, por salários, pela democracia, por melhores condições de trabalho e por eleições diretas para reitor compôs o cenário de lutas da categoria pela construção do sindicato, projeto que se tornou possível em novembro de 1990, com muita luta e o apoio de docentes e estudantes e da sociedade local organizada.

Em função da carência de referências locais, tornou-se necessário solicitar apoio aos sindicatos de outras universidades, como envio de seus regimentos e estatutos em vigor, para servirem de base à elaboração da estruturação sindical na UFU. Foi possível contar com valiosas visitas de companheiros de outras universidades e da base da FASUBRA, que trouxeram informações e experiências vividas em suas entidades. Em especial, vieram representantes dos trabalhadores das universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Minas Gerais (UFMG), que socializaram valiosas experiências. O SINTET-UFU foi constituído no interior de uma discussão política que, se não se caracterizava como ruptura declarada com a reitoria, revelava a autonomia do movimento, inclusive com a construção do departamento sindical dentro da estrutura da ASUFUB — entidade de cunho recreativo, esportivo e de lazer.

Em 1987, a Comissão de Defesa do Servidor montou chapa para disputar as eleições na ASUFUB. Dada a situação adversa, essa foi uma ação de ousadia e desprendimento dos servidores, que compuseram a comissão e foram eleitos para dirigir a associação, sob o risco de até serem demitidos. Mesmo sendo a ASUFUB voltada ao lazer, com a nova direção a entidade passou a acumular, também, as funções sindicais — conquista que possibilitou uma

as pessoas
do movimento
e a acudiram
muito. Foram
do próprio
bolsa e
est. de 1980
sintet-ufu
entre os
membros
por que
para a
criação a
adversidade
da da i de
"sobalheira"
alguém sus
tentando
e assim por
diante
Contraditório
mesmo em
mesmo tempo
em que
se passava
estas coisas
cos + pessoal
mesmo
então
que
foi possível
só assim
mantendo a
autonomia

alternativa de aproximação dos líderes com os demais trabalhadores e permitiu uma ação sindical de forma institucionalizada, com arrecadação de recursos por intermédio dos associados, para organizar a luta política.

Como desdobramento dessa luta, em 1990, à luz de um momento promissor da categoria, foi possível criar e registrar o SINTET-UFU, a partir do desmembramento oficial do departamento sindical da ASUFUB. Quanto à estrutura organizativa, optou-se pelo sistema presidencialista, usual na oportunidade. Alguns anos mais tarde, aquela formatação foi rediscutida, alterando-se o estatuto da entidade, que adotou a estrutura de coordenações, o que demonstra a busca da democracia no fazer político.

As principais lutas dos trabalhadores na década de 1980⁴ foram registradas e catalogadas no Projeto Memória do SINTET-UFU, cujo acervo contém 233 fotos e fitas de áudio e vídeo, que registram assembleias, debates, seminários, congressos, manifestações de rua, greves e variadas visitas a setores de trabalho. Além de seu significado histórico, social, político e cultural para os servidores técnico-administrativos da UFU, esse material foi imprescindível à realização deste trabalho, que buscou pontuar, em três capítulos, a luta dos trabalhadores técnico-administrativos a partir da década de 1980 e historicizar a importância da universidade para a cidade de Uberlândia.

O primeiro capítulo faz um breve relato da origem da universidade, ao se integrarem seis faculdades, das quais uma federal. Também enfoca a influência política regional de Uberlândia, ao ser escolhida para sede da UFU — escolha ligada à pujança política, econômica e financeira gerada pela agropecuária, pela indústria e pelo comércio. Essa influência cresceu sobremaneira, aquecendo a migração pela oportunidade de trabalho e pelo ensino superior.

⁴ Dentre outras, III congresso da FASUBRA, em Cuiabá (MT); assembleias da categoria nas reitorias; denúncia, no jornal *Ligeirinho*, da falta de higiene da cantina Drena, que atendia à comunidade universitária do *campus* Umuarama; assembleias no *campus* Umuarama em 1987; apuração dos votos da eleição da ASUFUB; Comissão de Defesa dos Servidores eleita, comemoração da vitória e cerimônia de posse da nova diretoria; Baile das Ondas, festa para arrecadar fundos; paralisação da categoria em defesa da universidade e da implantação do plano de cargos e salários; comando de greve em movimento nos *campi*; assembleias de greve nos *campi* Educação Física e Umuarama; movimentação de greve no *campus* Santa Mônica e à frente das reitorias Engenheiro Diniz e discussão com os companheiros da reitoria Duque de Caxias; passeatas no trajeto dos *campi* à praça Tubal Vilela; IV congresso da FASUBRA, em Belo Horizonte; ato público no Dia do Servidor Público na praça Tubal Vilela; assembleia na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Uberlândia (STIAU); paralisação nacional com passeata até o centro da cidade; primeira assembleia universitária da UFU, na paralisação nacional em defesa da universidade pública; manifestação contra o ditador Ernesto Geisel; passeata no Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia; seminário de democratização da UFU; assembleia na Educação Física; III Congresso Nacional da CUT, em 1980; reeleição da Comissão de Defesa do Servidor, na ASUFUB, em 1989, e comemoração da vitória da posse; primeiro grupo de trabalho da década de 1980.

O segundo capítulo procura mostrar a organização e a luta dos trabalhadores técnico-administrativos no âmbito da UFU. Para tanto, são consideradas as relações cotidianas e de trabalho para se perceber que os servidores, indignados com as dificuldades encontradas nos seus respectivos setores, sobretudo quanto ao arrocho salarial e as relações com as chefias, foram em busca de informações e passaram a discutir possibilidades concretas de aglutinação e de lutas. O capítulo procura, também, fazer uma reflexão sobre a dinâmica das relações de poder instituído na UFU: o poder de intimidação e o poder de denúncia.

O terceiro capítulo visa mostrar que historicizar a luta significa compreendê-la no âmbito de uma luta mais geral dos trabalhadores no enfrentamento do neoliberalismo. Para isso, foi necessário abordar a tentativa incessante da classe trabalhadora de escapar das armadilhas do capital, sobreviver no cotidiano familiar e do trabalho e obter o *status* necessário ao ser humano, que em geral vive sob égide dos ataques de expropriação no mundo.

Na realidade de Uberlândia, que se mostra em imagens bem definidas, seja no âmbito econômico, político, social ou cultural, a UFU cresceu e se projetou. Nesse processo de crescimento, é importante frisar a contribuição dos técnicos administrativos — engajados ou não no movimento político — ao desenvolverem suas tarefas, envolverem-se em projetos e no movimento sindical ou social. São pessoas que entenderam o sentido do que é o público e o que é servir sem subserviência, pois foram capazes de entender como se dá a política municipal, estadual e federal, e conhecer e lutar por seus direitos.

Veja! não
são todos
há o crescimento
mas é homogêneo...

Capítulo 1

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E SEU SIGNIFICADO EDUCACIONAL E SOCIAL PARA A REALIDADE UBERLANDENSE

1 Este capítulo objetiva situar no tempo e no espaço a origem das mobilizações que levaram à organização dos servidores na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mostrando as inserções políticas que ajudaram a construir uma realidade possível e procurando identificar os sujeitos desse processo: quem são, de onde vêm e para onde caminham. Para falar do cotidiano da universidade, é preciso identificar um segmento social construído por variadas influências culturais; também é necessário saber se essa instituição foi conquistada ou oferecida para Uberlândia e refletir sobre por que a UFU não foi instalada em outra cidade da região. Em outras palavras, devemos falar da cidade e de suas influências políticas, econômicas e sociais, procurando respostas para as questões que aqui se formulam.

2 Registrada oficialmente em 1978, a universidade resultou da junção de seis escolas de cunho privado, além da Faculdade Federal de Engenharia, criada em 1961 e que vivia a contradição entre o ensino público e o privado. Manifestações calorosas eram constantes no movimento estudantil nas décadas de 1960 e 70, em defesa da manutenção do ensino gratuito, que contradizia as iniciativas dos administradores, favoráveis à cobrança de mensalidade. A condição de órgão público foi conquistada graças ao envolvimento político e à luta de professores, funcionários técnico-administrativos e comunidade uberlandense.

3 Desse período, merecem destaque a produção agrícola e a instalação do parque industrial, que possibilitaram o crescimento social e econômico de Uberlândia. As rodovias MG-365 e BR-050 ligavam a cidade ao Sul do país, pelo estado de São Paulo, ao Norte e Nordeste, através de Goiás e da Bahia, e ao Leste, através do Espírito Santo, com acesso aos portos. Daqui eram transportados passageiros, produtos, insumos e animais, por caminhões e pela linha férrea Mogiana, construída pelo Batalhão Mauá de Guerra de Araguari. O Aeroporto Eduardo Gomes proporcionava condições para vôos nacionais e internacionais, o que também contribuiu para a emancipação político-social e financeira da região. O corredor de mercadorias que aqui cortava servia ao país de norte a sul e projetava regionalmente a cidade, o que demandava atenção e efetiva ação política do Estado. Como se pode ver, Uberlândia gozava de influência política no cenário mineiro e nacional.

4 A busca por oportunidades de trabalho e ensino público promovia intensa migração regional, que marcou as últimas décadas e fez de Uberlândia um centro urbano de referência:

Planejamento da cidade = manutenção do discurso elitista

deslocou-se para esta cidade um grande contingente de famílias, oriundas da zona rural do sul de Goiás, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro e de outras regiões do país.⁴ O setor educacional seguia modelos criados nas primeiras décadas do século XX: o ensino científico e religioso e, mais tarde, o ensino técnico. Essas modalidades eram oferecidas pelo governo e/ou pelo ensino pago, em escolas administradas em geral por entidades religiosas. A época, a carência de trabalhadores e a capacitação profissional direcionavam os cursos para a docência, as técnicas e o celibato. As famílias abastadas que desejassem formar seus filhos em outras áreas do conhecimento enviavam-nos para os grandes centros do Brasil e do exterior.⁵

Jornais, cinemas, *shows* musicais e teatro já eram realidade para os munícipes nesse período. Inovação e “progresso”, recém-chegados dos Estados Unidos (EUA), da Europa, do Rio de Janeiro e de São Paulo, faziam da cidade uma promessa de futuro. A relação direta com a capital paulista identificou Uberlândia com as tradições e os modos de vida dessa metrópole.

As avenidas centrais da cidade — Afonso Pena e Floriano Peixoto, com traçado geometricamente correto — eram ladeadas por casarões e sobrados construídos conforme a arquitetura de época, de influências seculares. Palco de movimentação urbana considerável, a cidade abrigava grandes lojas de tecidos e peças de automóveis, um Mercado Municipal com variados produtos tradicionais, empórios que vendiam produtos caseiros e pré-fabricados, fumo, queijos, doces e uma infinidade de marcas do cotidiano progressista. As classes média e alta freqüentavam cafês, bares, clubes, jogos e lojas de peças automotivas. O movimento bancário manipulava grandes quantias. O comércio e a produção industrial, agrícola e pecuária eram expressivos. Os clubes sociais ofereciam lazer campestre, jogos, bailes e serestas, agraciando a cidade, que almejava um ambiente organizado e ordeiro. Essa caracterização progressista possibilitava oportunidades de bem-estar e *glamour* às famílias tradicionais e bem-sucedidas do município.

No meio social, importantes eventos de resistência popular enfrentaram preconceitos e punições aos trabalhadores. Toda manifestação que questionasse o cotidiano era rotulada de crime contra a propriedade e a lei. Quaisquer tentativas de ataque à propriedade privada eram

⁵ Por volta dos anos 20 a 60, Uberlândia já tinha um grande índice de crescimento e desenvolvimento em relação às cidades da região, tornando-se uma referência para as mesmas. Entretanto, do ponto de vista educacional, ainda deixava muito a desejar, sobretudo no que tange ao ensino de 3º grau. No aspecto cultural, destacavam-se Ginásio Mineiro, atual Escola Estadual Uberlândia, o Colégio Brasil Central, o Liceu de Uberlândia e, posteriormente, o Colégio das Irmãs de Jesus Crucificado, instituições promotoras de atividades ligadas às letras e artes em geral. GOMES, Aguinaldo R.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. SOUSA NETTO, Miguel R. (Org.). *Fragmentos imagens memórias, 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 15.

veementemente combatidas pelos empresários e pelos detentores do poder, recorrentemente acionando a polícia. As agressões sofridas pelos militantes da resistência nem sempre apareciam nos jornais da cidade. Quando isso ocorria, surgiam diversas avaliações sobre o caso.

1959

O episódio da quebra de cinemas, nos anos de 1950, chamou atenção para o risco da paz social e demonstrou a capacidade de resistência dos menos favorecidos, o que contribuiu para uma nova concepção de cidadania no imaginário social. Para Maria Helena Falcão Vasconcelos,⁶ o quebra de janeiro de 1959, em Uberlândia, cumpriu o papel da pulsão de violência, na estruturação dos agrupamentos sociais. Sua análise foi feita com base no desenrolar dos fatos, ocorridos entre 18 e 19 de janeiro, e segue a cronologia do quebra-quebra, ou seja: primeiro dia — destruição dos cinemas; segundo dia — saque aos armazéns; terceiro dia — a violência monopolizada nas mãos do Estado. A análise contrapõe e aproxima a *potência* efervescente da violência coletiva da multidão em protesto, como pulsão de vida social, e o *poder* institucionalizado da violência, monopolizado nas mãos do sistema jurídico-policial do Estado; tensão entre o fluir (desordem) e o instituído (ordem), que não devem se excluir, mas se manter na tensão e no conflito, na dinâmica do convívio social. O conceito de desenvolvimento é dialético, cada classe defende seu projeto: uma defende o estado de direito, a propriedade privada; outra, um estado de direito, a inclusão social.

A luta pela federalização da universidade foi abraçada pela comunidade local e pela classe política regional. Em 1978, no governo do presidente general João Baptista Figueiredo. O deputado federal Homero Santos, colaborador do governo no Congresso, agendava reuniões com o ministro da Educação, Ney Braga, para efetivar o projeto de federalização. Escreveu-se uma página importante no caminho da universalização do ensino superior, política reconhecida com mérito pela nossa cidade e região. Wilson Ribeiro da Silva, ex-diretor da Faculdade de Artes e da Autarquia Educacional, reproduziu em entrevista a fala de um dos membros das comissões do Ministério da Educação e Cultura (MEC): *O dia que tivermos a convicção de que vocês têm a vocação de ser Universidade, vocês vão ser uma Universidade Federal.*⁷

As seis escolas isoladas na cidade funcionavam no centro, nos bairros centrais e na periferia, formando técnicos e educadores, nas faculdades de Direito, Artes e Odontologia, no

⁶ VASCONCELOS, Maria H. F. *Dias de violência — o quebra de janeiro de 59*. 1993. 115 f. Dissertação (mestrado em Educação na Área de Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

⁷ Apud CAETANO, Coraly; DIB, Miriam C. (Org.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 116.

bairro Martins; Filosofia e Ciências Econômicas, no centro; Engenharia (única escola superior federal), no Santa Mônica; Educação Física, no Cazeca, e Medicina no Umuarama. O balanço histórico mostra que o processo de implantação da federalização unificou as escolas superiores de ensino, racionalizou as distâncias e a administração. A partir da federalização, em 1978, os aportes de verbas chegavam de Brasília para a universidade federal e possibilitavam a implantação de pesquisas e de um novo modelo educacional, uma nova conformação política e administrativa, com ensino gratuito. Além da educação formadora de profissionais, firmou-se o compromisso social, pelo trabalho de assistência à saúde do hospital da faculdade de Medicina.

Oriundas das roças e fazendas da região, diversas famílias vieram para Uberlândia buscar melhorias de vida. A princípio, para alguns desses trabalhadores, a oportunidade de emprego na UFU se deu através do setor de obras, que iniciava a construção física dos *campi*; depois, alguns passaram a desempenhar funções de apoio, nas salas de aula e nos laboratórios. Dessa forma, a UFU cumpriu significativo papel quanto a absorver, também, esse tipo de mão-de-obra, cuja maioria era composta por migrantes regionais. O depoimento de Deiró Lício, que integra o projeto Memória dos dez anos do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFU (SINTET-UFU), no décimo aniversário do sindicato, em 1990, é revelador da origem dessas famílias trabalhadoras e da dura realidade que forçou a migração do campo e dos pequenos municípios da região para Uberlândia: *Nóis era meieiro nas roça e fazenda e às vez trabaivava por dia ou em troca de alimento.*⁸

Muitos desses trabalhadores foram contratados para construir esta que seria uma nova proposta educacional situada no Triângulo Mineiro. A ausência de qualificação desses trabalhadores, em especial no que se refere à construção civil, foi enfrentada com a promoção de campanhas de formação profissional, em conjunto com o curso de Engenharia Civil da UFU. Dessa forma, também esses trabalhadores contribuíram, a seu modo, para o processo educacional, o desenvolvimento de pesquisas e uma nova mentalidade social e política. À medida que a UFU se transformava num vasto canteiro de obras, a oferta de vagas nessa instituição superava a procura, e a oportunidade de emprego na universidade se tornava alternativa mais viável que as vagas oferecidas por muitas empresas da cidade, como armazéns atacadistas e supermercados. Muitos desses trabalhadores eram contratados na universidade conforme a informação de pessoas conhecidas que lá trabalhavam ou por indicação de chefes.

⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 13; entrevista n. 30, 2001.

Quem está falando?

Homens e mulheres desempenhavam tarefas de serventes de pedreiro, capinadores, vaqueiros, faxineiros, adquirindo um ofício. Na UFU, armadores, carpinteiros, eletricitas, pedreiros e pintores ^{eram} formados treinados no setor de trabalho e capacitados em escolas-oficiais e na faculdade de Engenharia Civil. Outros profissionais aprenderam nos tornos da oficina mecânica, nos laboratórios da Química e da Física. Foram capacitados também bedéis, porteiros, secretários e técnicos de laboratórios. Funcionário da oficina da faculdade de Engenharia Mecânica, José Pedro Neto relata em entrevista que obteve crescimento profissional pela sua dedicação e pelo treinamento dentro do próprio setor de trabalho: sua família se mudou de Lagamar (MG) para Uberlândia em 1973, sob influência de um dos irmãos, que já havia se deslocado para esta cidade, à procura de trabalho e escola:

Eu me chamo José Pedro, José Pedro Neto, trabalho aqui na UFU desde 73, eu entrei aqui como faxineiro, fazia serviço de jardim, fazia serviços gerais, tudo quanto é serviço ruim a gente enfrentou aqui na Universidade, hoje aqui é bom trabalhar, mas quando eu entrei aqui era boca quente... A maioria na prática, porque quando eu entrei aqui, próprio pra oficina, eu saí da zeladoria e vim pra oficina como zelador da oficina e aí com o espaço de tempo eu fui mexendo nas máquinas, aprendendo a trabalhar e né, uma coisa ou outra, logo foi surgindo uns curso, a gente foi fazendo, graças a Deus consegui passar, fizemos três curso profissionalizante, primeiro foi ajustador mecânico, o segundo de soldador e o último agora que nós fez foi de tecnologia mecânica, como eu tô te falando, de torneiro e fui classificado pelo MEC e graças a Deus se surgir mais alguns e eu tiver condições.⁹

Outras contratações se fizeram necessárias, nas áreas técnica e administrativa; assistentes sociais, enfermeiros, médicos, psicólogos, secretários e outros na área hospitalar. Pela grande demanda de contratações, criou-se no setor de recursos humanos a ORCAP, órgão responsável pelo recrutamento e seleção. Contratava-se mão-de-obra para toda a universidade em nome da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU).

Em entrevistas, trabalhadores falam com orgulho de terem participado da construção de uma “instituição tão importante como a UFU”, valioso órgão público. Ao fazerem parte de uma equipe que construiu a universidade, identificam e compreendem seu objetivo, o “saber”. Inclusos no processo da formação civil, coletivo e de promoção social, estavam também interessados em se formar. Aprender significava, também, empreender conquistas de direitos e dignidade, lutar por aumentos salariais e por melhores condições de trabalho. Os trabalhadores e a administração da UFU tinham em comum um ideal: construir uma grande universidade. Porém, debatiam entre si, quando uma parte se sentia ameaçada pela outra. Os

⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 9, entrevista 21B, 2001.

*a família que veio
chama
os que
ficaram*

*Aqui, sim, o mesmo sujeito
se identifica*

exageros cometidos por trabalhador ou chefia, certas práticas de superiores e ações rebeldes dos subordinados conturbavam, sobremaneira, o ambiente de trabalho.



FIGURA 1 Participantes da assembléia da ASUFUB (março de 1988), no sindicato da alimentação.
FONTE: SINTET-UFU.

eu quem o
fazer
A influência do autoritarismo, as perseguições e a censura política adotadas pelos generais repercutiam em Uberlândia e na UFU. À disposição de manter a ordem estabelecida, a polícia controlava os ânimos e fazia cumprir a lei. O trabalhador, ciente de suas obrigações e com valores morais e éticos recebidos dos pais, cumpria os horários de trabalho à risca. Faltar ao serviço significaria desonra. Segundo narram alguns, na maioria dos casos não se apresentava atestado médico às chefias, pois isso seria vergonhoso. Farnézio Luiz Bento, 75, aposentado, ao ser entrevistado pelo estagiário do projeto Memória, em 1990, fez as seguintes considerações sobre chefias e faltas ao trabalho:

Eu tive muita sorte porque os meu chefe tudo foi pessoas muito bom, sabe? A gente vivia sempre satisfeito né, não tinha nada que contrariasse não né, tinha alguns assim, mais inzigente né, mais como lá diz né, tudo dentro da, capaz de que eles quiria tudo certo né, por inzeemplo se às veis a gente faiar. Procê ter uma idéia eu trabaiei doze ano na universidade eu tenho duas faia, duas faia.¹⁰

¹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. Projeto Memória. Pasta n. 9, entrevista n. 31, 2001.

*Princípio
subserviência
subserviência
se cumprem
dem.
Ordem*

desconhecimento
dos seus direitos

posse tudo

A responsabilidade no trabalho e a confiança depositada pela chefia levaram os trabalhadores a serem cuidadosos quanto a abandonar o posto para participarem de reuniões e assembléias. Outra preocupação era o risco de o funcionário ser repreendido pelo superior e mesmo de perder o emprego, o sustento de sua família. Muitos absurdos foram praticados contra esses trabalhadores, em geral de forma camuflada, sob escadas ou dentro de escritórios. Abusos de poder que feriam o brio de trabalhadoras, cumpridoras das tarefas. Sobre isso, ouvimos a servidora Doralice Correa Marçal, do setor de conservação e limpeza do *campus* Santa Mônica. Natural de Monte Carmelo (MG), trabalhava na lavoura e veio para Uberlândia, em 1972:

*Nóis limpava mesas, escritórios, banheiros com escovão e palha de aço movidos no braço. Usava produtos químicos sem os materiais de proteção, lustrava pisos. As paredes eram lavadas à mão e limpas com sapólio e no outro dia os pintores passavam tinta em tudo e nós tinha que fazer todo o serviço de novo. Isso chateava a gente, pois a nossa mão-de-obra da limpeza era desvalorizada. Tomava um simples café embaixo das escadas dos blocos de salas aula misturado com os material: giz, produtos de limpeza e os químicos.*¹¹

Havia denúncias de assédio moral cometido por chefes e encarregados, que perseguiam, humilhavam e demitiam trabalhadores, classificando-os de preguiçosos e insubordinados, quando, na verdade, tratava-se de esconder abusos contra homens e mulheres e sua exploração em tarefas particulares. Trabalhadores de obra, motoristas, cozinheiras, jardineiros e outros profissionais eram vistos trabalhando em propriedades particulares, nos horários normais de trabalho e aos sábados e domingos, onerando o erário. As apropriações indébitas de poder, o nepotismo e os escândalos foram algumas das questões que, ao serem divulgadas, desgastaram politicamente a administração da UFU e reforçaram a tese da organização dos trabalhadores, perante seus pares e a sociedade. A falta de voz e participação nas decisões não permitia aos trabalhadores terem liberdade e fazerem escolhas. Somadas a outras, essas causas os levaram à indignação. A necessária organização da categoria dos técnicos administrativos, na contramão da história, aspirava aos caminhos da democracia.

Os conflitos foram inevitáveis e implicaram punição aos rebeldes: suspensão de dias de trabalho, advertências verbais ou escritas e mudanças de setor. Os trabalhadores agiam, espelhando-se nas greves dos metalúrgicos do ABC, dos bancários, dos trabalhadores do setor rural e dos movimentos sociais organizados. Inaugurava-se um processo em que os servidores

diminuíram
mas
ainda
custava
pelo me
no, ali
2001 qdo
sai do
hospital

ser leva
do a
presença
de chefe
maior
como
funcionário
problema
maria
comaria
Elisinha

¹¹ MARÇAL, Doralice C. Entrevista. Uberlândia (MG), 18 de agosto de 2006. Servidora da UFU. Entrevista concedida a nós.

técnico-administrativos faziam acontecer, de forma irreversível, a luta, o momento da ação. A recém-construída Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, resultado de intensa luta dos trabalhadores, serviu de referência à organização das idéias e ações políticas libertárias, expressas neste trabalho.

Elaborado e coordenado pela professora Célia Rocha Calvo, em 1991, que pôde contar com estagiários do curso de História da UFU, o projeto Memória do SINTET-UFU abrange o período compreendido entre as primeiras reuniões para a instalação da Comissão de Defesa do Servidor (1987) e a construção do SINTET-UFU, incluindo seu registro oficial, em 1990. Foram catalogadas informações variadas, por meio de manuscritos (anotações, atas de reuniões e assembléias), entrevistas (orais e escritas) e imagens (fotografias e fitas de vídeo). Esse trabalho propiciou o resgate da memória e da história dos trabalhadores, servindo de suporte para informação, estudos e pesquisas sobre essa temática.

Projeto Memória

Tinha que estar na
Introdução como texto or
tb como nota de rodapé
O seu cap terminando no
anexão qd aponta p a formação
da CUT.

Capítulo 2

ABRINDO CAMINHOS: CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DO SERVIDOR

Este capítulo focaliza as inquietações dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com base em suas indagações, buscas e inserções no espaço universitário. Em 1985, já existiam importantes reivindicações dos trabalhadores encaminhadas à administração da UFU, tais como a humanização do campus Santa Mônica, restaurante universitário, cantinas, ônibus, esportes, cultura, além do repúdio à terceirização do serviço de análise clínicas da UFU. Esses temas integram os problemas enfrentados pelos trabalhadores no período pesquisado. Os arquivos e registros guardam manuscritos, atas, listas de presença e rascunhos. No projeto Memória do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (SINTET-UFU), constam diversas entrevistas e fitas de áudio e vídeo. Trata-se de material importante, aqui usado para recompor o passado histórico de luta vivenciado por esses trabalhadores, passado esse que compreende momentos dolorosos, nas derrotas sofridas, ~~e~~ alegria e satisfações, nas vitórias alcançadas através das lutas.

Cabe reconhecer que as variadas disputas têm proporcionado desgastes físico e mental a esses trabalhadores. Não por acaso, muitas vezes, alguns desanimaram e se distanciaram do movimento, sentindo-se perseguidos ou mesmo notando indiferença nos próprios colegas de setor. Mesmo assim, foram muitos os que permaneceram na luta, não se deixando abater e buscando a construção contínua da consciência crítica e de uma realidade mais satisfatória para os servidores. Se as batalhas feriram muitos dos rebeldes, também proporcionaram um pensar crítico e uma disposição para a organização e a luta coletiva, questionando os autoritarismos, as falcatriuas, os nepotismos e os favorecimentos políticos, desgastando e, de certa forma, impondo derrotas a setores conservadores, instalados oficialmente no poder institucional da UFU. Greves, assembléias de base, denúncias públicas e manifestações de rua foram os principais instrumentos empregados na luta de resistência.

Na década de 1980, os trabalhadores viviam esta dialética: de um lado, o Ministério da Educação (MEC) coordenava as instituições, orientando-se pela ideologia liberal; em contrapartida, os trabalhadores promoviam discussões através dos partidos progressistas e buscavam a criação de outros partidos de esquerda, para defender seus interesses. Os gestores da UFU, nomeados por cargos de confiança do governo, controlavam a política interna; muitas

vezes, o controle excedia os limites institucionais e se estendiam à vida particular dos servidores, julgando a moral e as escolhas do indivíduo, sob a justificativa de que poderiam desmoralizar a universidade. Essas práticas foram rechaçadas pelos trabalhadores, que, apesar de humildes, até pela sua formação familiar, não permitiam que terceiros se intrometessem em sua vida particular.

Nas assembleias de 1986, além apoiarem o movimento, os trabalhadores denunciavam perseguições e pediam visitas aos setores onde trabalhavam, mediante pequenas anotações, às vezes não identificadas, encaminhadas à mesa diretora. A seguir, alguns exemplos dessas anotações:

Gostaria de pedir para o comando de greve para fazer um arrastão aos nossos companheiros da Escola Básica que não aderirão a greve e portanto é um setor que está parado que não tem aula, e estão somente cumprindo horário.

Como pode a inflação subir se tudo está congelado? Servidor da Fazenda.

Quero participar aos colegas da comissão [sic] de greve, que o plantão no turno; mesmo estando com poucas mulheres para trabalhar, a servidora Ilma, fez as coitadas lavar o prédio da Odontologia todo, certamente ela é uma das aliadas do Sr. Geraldo de Carvalho certamente o salário dela não precisa de aumento ou talvez a Cidinha esteja pagando a mais para ela. Saudações

Paulo, gostaríamos de saber qual a posição da mesa com relação à continuidade. Pelo que estamos entendendo a mesa é favorável ao retorno ao trabalho.¹²

Nessa época, em Uberlândia, a influência política, além de se concentrar nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fazia-se presente nas entidades representativas dos empresários — sobretudo o Clube de Diretores Lojistas (CDL) e a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB). Essas entidades eram bastante significativas e tinham grande poder de decisão nos conselhos superiores da UFU, onde se discutiam e votavam questões polêmicas. Interrupções no trabalho e passeatas no centro da cidade incomodavam sobremaneira esses poderes, que reclamavam de desordem e agitação. A ACIUB instruía seu representante no Conselho Universitário da UFU para combater, no serviço público, a prática “subversiva”, que poderia contaminar os trabalhadores da iniciativa privada.

¹² SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 21.2, 2001.



FIGURA 2 Passeata de paralisação em 8 de junho de 1988, Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia

FONTE: SINTET-UFU.

Tal como ocorria em outros lugares, o controle social dos patrões e setores conservadores da sociedade influenciava os trabalhadores no que se refere a terem uma postura silenciosa e particularizada. Sobre isso, Eduardo Noronha faz as seguintes considerações, ao refletir sobre a explosão das greves da década de 1980:

No seu conjunto, as greves dificilmente contêm apenas um significado. No Brasil elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo e estratégia de consolidação de novas lideranças.¹³

Foi difícil para os servidores técnico-administrativos da UFU enfrentar a barreira que os separavam das decisões políticas na universidade. A administração centralizadora mantinha visível a influência dos poderes públicos e privados sobre os empregados, em práticas que poderiam se apoiar em siglas partidárias, usadas por esses poderes. Sob os resquícios da ditadura militar, que assolou o país, na segunda metade da década de 1980, os trabalhadores técnico-administrativos da UFU foram protagonistas e atores de um movimento mais amplo, empreendido pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros, para transformar seu cotidiano. Nesse sentido, no plano local, em 1986, foram promovidas

¹³ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: NORONHA, Eduardo et al. (Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 96.

intensas aglomerações e mobilizações contrárias ao sistema instituído. Técnicos administrativos, professores e alunos da UFU tornavam públicas duras críticas contra as políticas do Estado e a gestão da reitoria da UFU, que, sintonizada com a política autoritária, procurava oprimir estudantes e servidores.

Com o fim do regime autoritário, sindicalistas e boa parcela dos trabalhadores *ousaram dar outra cara para o Brasil*. A indignação da sociedade frente aos escândalos da categoria política contribuiu para a derrocada no ideário conservador. A indiferença à política, aos políticos e seus subordinados era uma resposta negativa dos eleitores, que já não suportavam o assédio ao voto nas eleições — o mesmo voto que, por ser obrigatório, trazia a ambigüidade de não representar substância política, sendo mais um estorvo ao cidadão, por causa das punições da justiça eleitoral; e de levar o eleitor comum a votar e a entender que pode contribuir com a Nação, alimentando a esperança de melhorias para sua família. Depositam-se nas eleições as expectativas de prosperar no trabalho e melhorar as condições gerais de vida em relação a alimentação, moradia, escola, segurança pública, saúde e lazer. Em palavras e ações, os trabalhadores buscavam mudanças. A democratização era o marco principal dessa luta, que custou sangue, tortura e vidas, pois houve práticas de violência em ruas, penitenciárias e movimentos organizados.

Disputas políticas internas ocorriam, também, em outras universidades federais; mas se haviam questões em comum com as da UFU, a organização de seus trabalhadores estava mais sólida e os sindicatos já haviam se constituído. Em muitas delas, as ações políticas dos trabalhadores se iniciaram por meio das associações recreativas e de lazer, entidades em geral controladas pelos setores conservadores, que recorriam a essa prerrogativa para captar verbas governamentais, visando ao prestígio político e à popularidade no interior da universidade. Esse tipo de associativismo, sobretudo as associações de esporte e lazer dos servidores, foi umas das práticas incentivadas pelos discursos oficiais, através da qual se buscava orientar ações políticas sem transtornos, além de proporcionar descanso e entretenimento às famílias dos trabalhadores. Assim, os gestores do Estado autoritário procuravam distanciar e dificultar as aglomerações setoriais, os canais de informação e a politização dos trabalhadores. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em geral as associações dos servidores eram administradas por assessores das reitorias. Os conselhos de política administrativa atuavam na mesma linha e eram indicados por pessoas influentes do poder. A escolha direta na base dos associados para dirigir ou participar das decisões foi conquista dos servidores alcançada com luta e enfrentando preconceitos.

16 como
forma de
substituir

modelo
canais de
estudantes

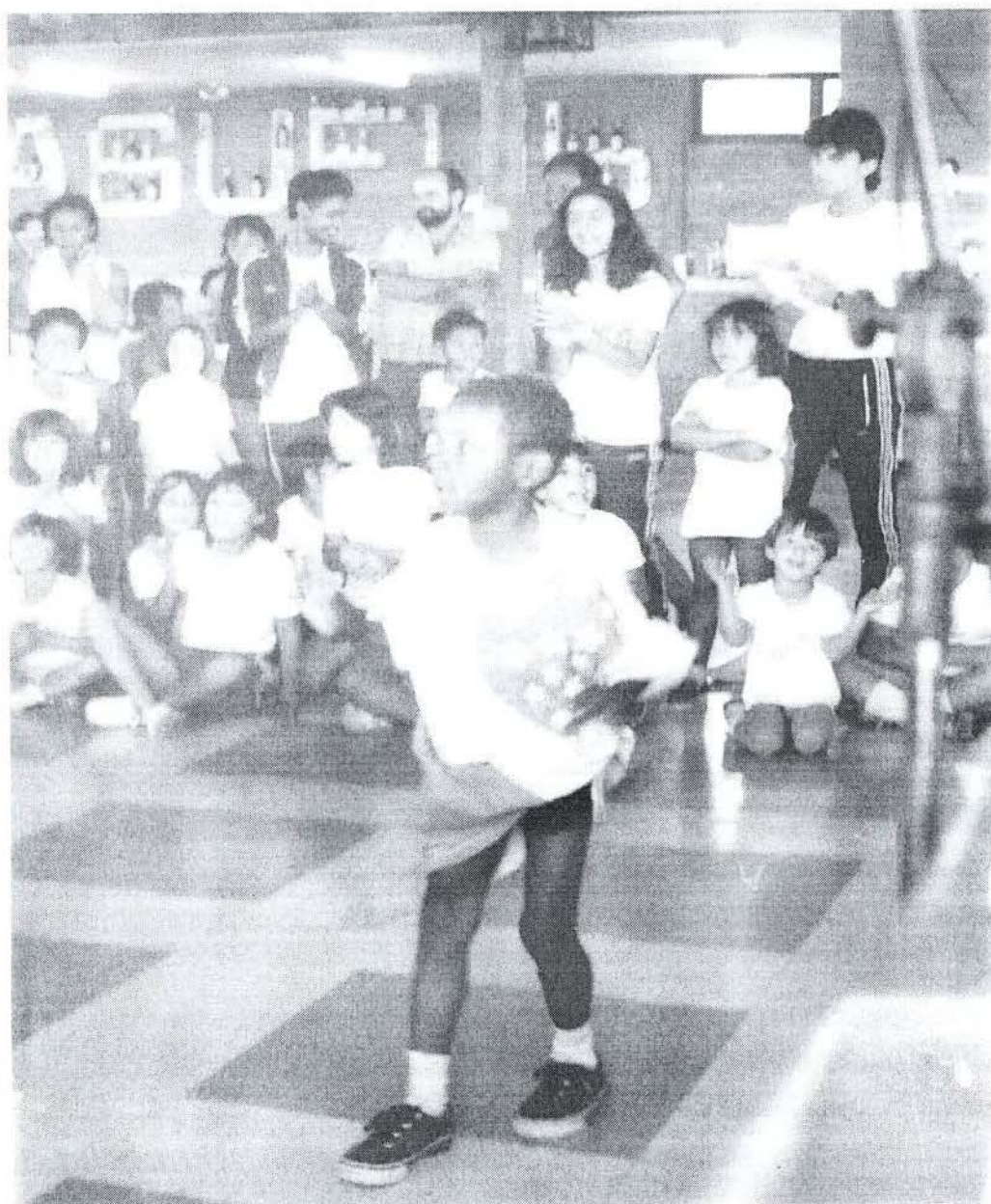


FIGURA 3 12 de outubro de 1983: Dia das Crianças comemorado na escolinha de esportes da ASUFUB, como parte das colônia de férias da associação.
FONTE: SINTET-UFU.

Na UFU, em 1986, foi criada a Comissão de Defesa do Servidor, em reuniões de trabalhadores indignados com o cotidiano do trabalho. Naquele momento, não era permitido discutir dificuldades — leia-se: o exercício da organização sindical. As primeiras reuniões aconteceram nas residências de seus membros. A coragem, a confiança, a cumplicidade e a união entre todos eram ingredientes necessários. O caminho foi construído com esforços individuais e coletivos, isto é, com o ato de estender a mão e formar o elo, um corpo sólido e único capaz de construir a luta coletiva.

Com as numerosas greves no país, era criado naquele momento político o Partido dos Trabalhadores (PT), que, recém-oficializado, somava-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e outros, na organização nacional dos trabalhadores. Com muitas diferenciações em seu interior, em maior ou menor grau de combate, em algumas regiões também atuavam integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

*A ampliação e o fortalecimento do sindicalismo repercutiram na cena política eleitoral, como indicam a criação e o crescimento do Partido dos Trabalhadores [...] O quadro provoca uma ruptura com o passado populista do sindicato brasileiro? A quase-totalidade dos dirigentes sindicais de esquerda (reformistas e revolucionários) e a grande maioria dos estudiosos respondem afirmativamente esta questão.*¹⁴

Nesse mesmo artigo, o autor aponta o atrelamento de muitos sindicatos conhecidos como pelegos, em que as negociações eram feitas nos escritórios das empresas, longe da massa trabalhadora, e os sindicalistas atuavam como entidades profissionais: promoviam grandes sorteios de prêmios nas datas comemorativas, ofereciam serviços como salões de beleza e convênios empresariais. A principal — e praticamente única — atividade de uma grande parcela dos sindicatos oficiais no período de 1968–78 era facilitar as ações e evitar os conflitos. Uma alternativa poderia ser aceitarem propostas dos patrões e realizarem acordos que favorecessem os trabalhadores. Política de benefícios e serviços assistenciais: médico-odontológico, laboratorial, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, sorteios de automóveis e coisas do gênero. Essas práticas políticas eram implantadas, também, na UFU, pela administração que dirigia a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia (ASUFUB), através das quais se ofereciam alternativas e benesses aos associados, respaldadas num discurso que garantia bem-estar e confiança aos servidores e seus familiares, sobretudo seus assessores e apoiadores.

¹⁴ BOITO JR., Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando et al. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 45–6.



FIGURA 4 Painel montado por ocasião da assembléia ASUFUB (outubro/1987) no anfiteatro do bloco 2A, campus Umuarama, FONTE: SINTET-UFU.

Na UFU, também foi adotada uma espécie de política de bem-estar social! Exemplo disso foi a criação de um time de futebol que reunia grandes grupamentos da comunidade universitária. Professores e servidores montaram o time do XV de Novembro, que veio para unir os amantes do futebol e fazer de uma das maiores manifestações culturais brasileiras instrumento de animação de tardes e fins de semana. Para se firmar nos campeonatos regionais e nos de várzea locais, o XV de Novembro contava com a estrutura necessária: diretoria, técnico de futebol, massagista e colaboradores da universidade. Consta-se que, no período de maior expressão do XV de Novembro, foi dado apoio administrativo ao time. A sede campestre da

ASUFUB, com estrutura bem montada e gramados, era espaço de treinamento e realização de partidas — apoio que compreendia boa parcela dos associados: jogadores, torcedores e apoiadores do esporte. Houve uma convivência política de técnicos administrativos e docentes nas partidas de futebol (solteiros *versus* casados) e nos campeonatos na sede campestre da ASUFUB. Os bailes tradicionais e as festas de carnaval eram, para muitos sócios e convidados, uma rara oportunidade de lazer. O salão de festas do clube era usado em eventos particulares, casamentos, aniversários e disponibilizado ao sócio mediante contribuição financeira pré-fixada.

Para se realizarem as reuniões da recém-criada Comissão de Defesa do Servidor, foi cedida ao movimento dos trabalhadores uma sala na paróquia de Nossa Senhora Aparecida, bairro Operário. Em poucas oportunidades de debate, obteve-se adesão de colegas de trabalho, que vieram ajudar nos encaminhamentos e na consolidação do grupo. As críticas aos superiores e as ordens de serviço não cumpridas eram respondidas com humilhações, advertências verbais e escritas e ameaças de demissão. O ambiente passou a ser de desconfiança, de ambos os lados. Os trabalhadores passaram a se pronunciar em assembléias, apoiados pelo movimento docente e por sindicatos de outras categorias. As denúncias e os abusos passaram a expor e arranhar o prestígio de personalidades, nomeadas pelo governo federal.

A representação dos técnicos administrativos nos conselhos de centro e superiores só era permitida com o direito à voz: o voto lhes era negado — o que os indignava na base, com críticas à falsa democracia que, ao negar a representatividade, monopoliza resultados e decisões. A representatividade com direito à voz e voto só foi possível com a revisão do estatuto da universidade, oriunda do processo da Estatuinte, em 1994. Com muita luta, foi possível discutir e alterar uma estrutura mantida há décadas. Mesmo assim, algumas normatizações de orientação conservadora ainda se mantiveram, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de autoria de Darcy Ribeiro. Essa lei determina que técnicos administrativos e estudantes podem participar com 15% dos votos, por categoria, nos conselhos superiores; e os docentes, com 70%.

Delegados dos servidores técnico-administrativos, escolhidos em assembléia da ASUFUB, viajaram acompanhados do presidente da associação, Marco Antônio Guilherme, assessor e amigo do reitor, e do professor Ataulfo Marques Martins da Costa, para participarem do III congresso da FASUBRA, em Cuiabá, onde a federação se filiou à CUT. Os servidores pressionaram a administração para apoiar e financiar a participação dos delegados selecionados. O reitor aceitou discutir a questão desde que a representatividade fosse da ASUFUB — prerrogativa que mantinha o controle das ações políticas subordinada à administração da UFU. Na chegada a Cuiabá, os

representação dos técnicos administrativos nos conselhos de centro e superiores

Tratamento diferenciado

delegados desembarcaram numa escola pública do estado e ficaram alojados em salas de aula, enquanto motoristas e o presidente da ASUFUB ficaram num hotel.



FIGURA 5 Delegação da ASUFUB no III Congresso Nacional da CUT, em 1988
FONTE: SINTET-UFU.

Após o retorno da delegação a Uberlândia, a professora Marly da Silva Melazo, na condição de pró-reitora, assinou e nos encaminhou uma carta de advertência por abandono ao trabalho, alegando que houve irresponsabilidade com o setor — à época, estávamos no setor de protocolo e atuamos na condição de delegado no referido congresso. O documento afirma que o servidor viajou sem a devida autorização dos superiores, num período em que havia dois funcionários em férias, e não retornou no prazo estabelecido. O servidor assinou a notificação sob pressão de seu chefe imediato, que cumpriu a ordem da pró-reitora: a viagem do servidor não fora de interesse da UFU, portanto a falta ao trabalho fora movida por interesses particulares. Essa retaliação foi repudiada, com veemência, nas assembléias dos técnicos administrativos e de outros sindicatos, assim como tantas outras praticadas pelas chefias contra militantes do movimento. Na avaliação dos servidores sobre o caso, foi uma decisão planejada, pois no momento da viagem a Cuiabá não houvera entendimento sobre a liberação do servidor. Isso comprova que, ao representar a categoria em fóruns, os servidores incomodavam os superiores e aguçavam disputas internas de poder na reitoria, dando vazão para vaidades pessoais.

carta de advertência

Em 1988, a categoria dos técnicos administrativos da UFU deflagrou greve por um plano de cargos e salários. O então reitor Antonino Martins da Costa determinou corte de ponto em 13

→ cont. do ponto
de 13 dias e
repositos da carga horária

32

dias de trabalho para os servidores grevistas. Após muita negociação, foi estipulado aos chefes que, para evitar descontos nos salários, os grevistas deveriam repor os dias em horas de trabalho. Esse evento foi acompanhado pelos docentes, também insatisfeitos com a política salarial, empenhados na defesa da universidade pública e gratuita (luta constante e unificada de professores, técnicos e alunos) e indignados com a demissão de servidores como punição.



FIGURA 6 Passeata de greve na av. Floriano Peixoto, em 11 de julho de 1987, em prol de um plano do cargos e salários mais “justo”

FONTE: SINTET-UFU.

Assembléias volumosas reuniram cerca de 700 pessoas no ginásio da escola de Educação Física. As passeatas aglutinavam servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Sempre que uma categoria reivindicava um ponto específico, contava com o apoio e a solidariedade das demais. A reivindicação pela defesa da democracia interna e pela manutenção da universidade pública e gratuita era consenso na comunidade universitária e têm sido bandeira constante, desde a fundação da universidade.

Apoiadas por movimentos organizados e sindicatos de outras categorias, as grandes manifestações se traduziam em passeatas e concentração de trabalhadores em ruas — avenidas Floriano Peixoto e Afonso Pena — e praças — Tubal Vilela e Clarimundo Carneiro. Eram exibidos cartazes e faixas, com reivindicações e denúncias, à sociedade uberlandense, das práticas autoritárias na UFU. Do alto dos edifícios, espectadores derramavam papel picado; trabalhadores do comércio lojista aplaudiam as iniciativas dos servidores, pois

também se interessavam pela defesa da universidade para todos. Os partidos de esquerda PCB, PC do B e PT — este já oficializado — apoiavam tais iniciativas, que encontravam respaldo, também, nos movimentos populares.

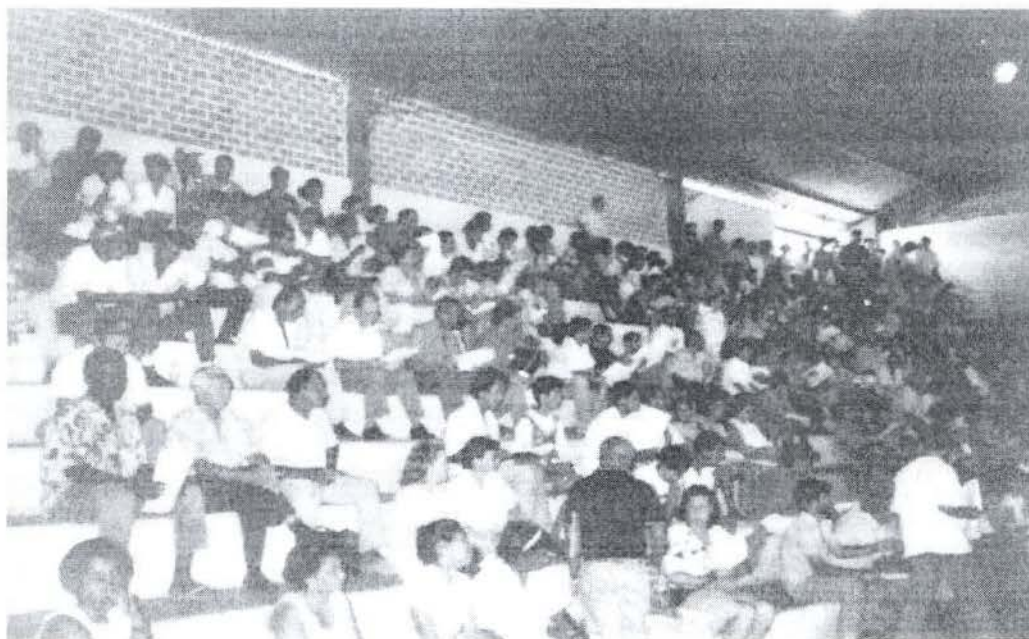


FIGURA 7 Assembléia no ginásio da escola de Educação Física em março de 1987
FONTE: SINTET-UFU.

Em 1987, os trabalhadores da Fundação de Assistência, Estudo e Apoio Universitário (FAEPU), organizada pela Comissão de Defesa do Servidor, articularam o movimento dos trabalhadores terceirizados. Na ocasião, promoveram um dia de paralisação por negociação salarial e se concentraram na porta da reitoria, solicitando audiência com o então diretor executivo professor José Olympio de Freitas Azevedo, que se negou a receber a comissão de trabalhadores e ainda determinou que a ordem no trabalho fosse restabelecida imediatamente, sob pena de haver corte de ponto do dia parado. A fala do diretor indignou ainda mais os trabalhadores; em resposta, uniram-se para cumprir a decisão da assembléia: um por todos, todos por um, contra qualquer punição. Havia ali cerca de 400 trabalhadores, dispostos a enfrentar tudo. Com palavras de ordem, pregavam a justeza de suas reivindicações e a legitimidade da comissão em negociar pela categoria. A tensão instalada forçou o diretor da fundação a receber os representantes do movimento. Após cerca de uma hora de diálogo, ficou garantido que não haveria corte do ponto do dia e a negociação da pauta de reivindicações foi remetida a uma reunião, a ser marcada entre a administração da FAEPU e os trabalhadores.

Esse evento político foi avaliado como maior manifestação daquela categoria e, mais do que isso, como a constatação da força e da união dos trabalhadores na universidade. Esse

enfrentamento no interior da fundação mostrou a união de seus trabalhadores e dos da UFU, promovendo o espírito coletivo e a demonstração de dignidade, com vistas à conquista de justiça aos trabalhadores da universidade, tanto os do setor público quanto os contratados pela fundação. Sobre essa manifestação, Carlos Humberto Correia, funcionário da FAEPU que encabeçava o movimento, hoje servidor público lotado no setor de obras da UFU, relatou:

Houve vigília, manhã e tarde, no interior da reitoria, até a chegada do diretor da FAEPU, professor José Olympio de Freitas Azevedo, que não recebeu os trabalhadores em seu gabinete, mas no próprio local. Vários questionamentos foram imputados a ele com relação aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho. Inicialmente, rebateu o movimento, ameaçando com corte de ponto do dia paralisada, e, logo depois, recuou dessa iniciativa, no final da conversa.¹⁵

Nas décadas de 1970 e de 80, a explosão das greves trazia esperança e promovia uma nova cultura do trabalho no país. Os patrões recuavam estrategicamente suas posições, e os trabalhadores adquiriam informações sobre seus direitos, o que se traduzia em coragem e disposição para se envolverem no movimento reivindicatório. Segundo Noronha,

[...] em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões. Em 1987 o número de greves atingiu seu recorde (2.188), bem como o de jornadas não trabalhadas (132 milhões). A ocorrência de greves longas resultou em uma das mais altas médias de dias parados (8,2 dias), só inferiores à de 1981 (8,8), expressando as dificuldades das negociações. A média de grevistas foi o único indicador com valores baixos em 1987: 4.123 grevistas, o que pode ser explicado pela predominância das greves por empresas ou grupos de empresas contrapostas às categorias. Foi, portanto, o ano de mais intenso conflito desde 1978.¹⁶

Em entrevista a Ilana, estagiária do curso de História da UFU, a servidora do Hospital de Clínicas e da Enfermagem Marilza falou das dificuldades enfrentadas pela comissão de defesa:

Ah, foi muito grande, porque, por exemplo [...], as pessoas desta comissão, elas tinham que desenvolver as atividades delas do dia-a-dia, né, e principalmente, por exemplo, pra quem trabalhava sábado e domingo, né, conciliar as atividades. E outras atividades eram assim, era como se já tivesse, as pessoas começaram a ser um rótulo, né, e eu lembro que uma das coisas mais importantes que achava era a questão, por exemplo, porque eles sempre, eles rotulavam como se fossem pessoas que não tivesse querendo ir trabalhar, né.¹⁷

¹⁵ Entrevista de Carlos Humberto Correia, atual gerente da divisão de transportes da UFU e ex-servente de obras do quadro da FAEPU, concedida a estagiária do curso de História da UFU. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 19, entrevista 42 a 46, 2001.

¹⁶ NORONHA, Eduardo et al. (Org.). A explosão das greves na década de 80. In: *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 95; 117.

¹⁷ Entrevista concedida por Marilza, trabalhadora da enfermagem do Hospital de Clínicas da FEMECIU, a estagiária do curso de História da UFU. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA

Ante ameaças de punição e demissão, os funcionários se arriscavam e eram expostos a retaliação quando participavam de atividades de organização trabalhista. A Comissão de Defesa do Servidor se desdobrava para organizar a categoria no setor de trabalho, informar os trabalhadores de seus direitos e denunciar perseguições, desmandos e assédio moral. Em entrevista, Liliane afirmou nunca ter havido indisposição com suas chefias, mas *o que existia, na verdade, era uma avaliação de que o chefe, pelo fato de ser chefe, já significava um inimigo, né [...] E eu acredito que os chefes também nos olhavam como inimigos*. Continua ela:

*O fato de ser do sindicato [...] um movimento que, por exemplo, ia à praça pública e queima um cartaz, um retrato do reitor, né? Aquilo era um negócio que balançou muito a estrutura da, não só da universidade, mas acho que da cidade, tanto que a gente vivia por muito tempo, por muito tempo a gente viveu assim, sendo manchete de jornal.*¹⁸

Essas atividades arrojadas foram arquitetadas em meio a divergências entre as partes. Os trabalhadores eram notificados e estratificados pelos seus superiores, que não lhes cediam atenção ao diálogo. Em geral, eram usadas informações nacionais publicadas pela FASUBRA. Imensas dobras de papel vindas por fax relatavam notícias de outras instituições da federação e dos sindicatos de base, calendários de luta, encaminhamentos de reuniões, plenárias nacionais e resultados das negociações com o governo federal.

As dificuldades encontradas pelo movimento sindical brasileiro foram amenizadas pela opção de se acrescentar às pautas locais um mínimo da pauta nacional, coordenada por federações, confederações e centrais. Ao se filiar à CUT, em 1986, a FASUBRA obteve um aliado de expressão e representatividade, que fortalecia a categoria: o PT, partido de renovação da esquerda e, portanto, esperança de democracia e organização dos trabalhadores. Em seminários, congressos, planos de cargos e salários, nas negociações salariais, nos grupos de estudo que subsidiavam as negociações conturbadas com o Ministério da Educação (MEC), os trabalhadores eram acompanhados pela CUT e contavam com a pressão política do PT no Congresso e no Planalto. É importante discutir a importância desses atores institucionais. A CUT e o PT eram grandes obstáculos às políticas governamentais, pois denunciavam práticas de nepotismo, corrupção, demagogia, privatização e liberação de divisas a empresários e bancos nacionais e internacionais. Questionavam-se o compromisso do governo com o pagamento da tão falada dívida externa, a contradição na falta de recursos para causas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 16, transcrição da fita 37, 2001.

¹⁸ Entrevista de Liliane, servidora técnico-administrativa da UFU, concedida a estagiária do curso de História da UFU. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 16, entrevista 37, 2001.

nacionais, como educação, saúde, moradia e emprego, e as mazelas do interior, sobretudo do Nordeste, onde o analfabetismo é alarmante e o salário mínimo, pífio.



FIGURA 8 Seminário da consulta popular de Uberlândia contra a ALCA no SIND-Eleto, em 15 de junho de 2000

FONTE: SINTET-UFU.

Nesse ambiente de efervescência política e premiados pela urgência de se construírem mecanismos de resistência, os trabalhadores técnico-administrativos, carentes de recursos financeiros para cumprirem as demandas políticas, obtiveram uma oportunidade efetiva de subsistência. Até então, as despesas com a representação da Comissão de Defesa do Servidor e dos delegados eleitos em assembléias eram custeadas com doações pessoais e institucionais, realização de sorteios e festas e venda de camisetas. Num segundo momento, ao serem eleitos para a direção da ASUFUB, passou-se ao uso de verbas arrecadadas pela associação mediante filiação de trabalhadores e realização de bailes. Para isso, o movimento político eleito na associação aprendeu a conviver administrativamente com o conjunto dos associados, docentes e os técnicos administrativos, inclusive os representantes da administração, contrários à politização da entidade.

Empenhados em promover o esporte e o lazer, os favoráveis e os contrários registravam suas chapas e concorriam às eleições. Para os que empreendiam as lutas reivindicatórias, era imprescindível concorrer ao pleito, cuja vitória possibilitaria conciliar o lazer e o trabalho nas frentes social e política. Desde o início, esses trabalhadores estavam cientes de que sofreriam repressão e preconceito das chefias, sobretudo quanto à capacidade

a foto é de 2000. parece mesmo ao se ler no topo se referindo ao movimento

pgs = 36/37 → no texto se reporta ao período de atuação dos funcionários, ainda via ASUFUB, e a foto pg 829, out de 2000 já SINTET/UFU. 37
Quase nas correspondências ao período interpretado. Estão deslocadas ao meu ver

dos técnicos administrativos de assumir a ASUFUB. Mesmo assim, persistentes no dia-a-dia, eles acreditavam ser possível transformar essa realidade, por isso concorreram às eleições.

Entidade de natureza social, projeto nacional de governo, a princípio a ASUFUB foi planejada e coordenada por professores e técnicos que assessoravam a reitoria, sob a égide de um estatuto discutido e aprovado no início da década de 1980. Daí a necessidade de apresentação de propostas de rediscussão e democratização desse espaço ao longo das gestões que se sucederam. Dessa forma, a associação, que teve como objetivo inicial oferecer lazer e integração entre os servidores, passou a ser uma entidade que transitava pelos caminhos políticos de referência sindical. Lamentavelmente, em 2006 a entidade foi desativada, em decorrência de atos ilícitos e irresponsabilidades administrativas de diretores que, ao chegarem ao poder, empregaram-no em interesses particulares e grupais. Nota de rodapé

A conjuntura de disputa política e a necessária convivência do movimento com a administração da UFU proporcionaram diversos choques e traumas, pois, conforme foi dito, a prática do autoritarismo prevalecia. Foram constantes as represálias e retaliações contra servidores que se envolviam em ações políticas, tanto as realizadas nos fóruns da categoria quanto as que eram feitas em conjunto com outros sindicatos, pois muitas atividades ocorriam em parcerias, sobretudo com a Associação dos Docentes da UFU (ADUFU).



FIGURA 9. Seminário "Uberlândia — olhares sobre a cidade: as faces da violência", no bloco B, campus Santa Mônica

FONTE: SINTET-UFU.

A atuação dos servidores se dava, também, em conjunto com sindicatos de trabalhadores da indústria e do comércio de Uberlândia, movimentos sociais organizados e

isto se
mantendo
ordem 77/
falando, afirmando
tal atitude

Quando
se dá
o debate
sindicalment
da abstr
dade soci
val de
ASUFUB e
SINTET
e a ADUFU
qdo foi
muda 77-
1990 pag
47

partidos políticos de esquerda. A correlação de forças entre os superiores e os subordinados no ambiente de trabalho era desigual; as conquistas da categoria foram marcadas por muita luta e disposição dos trabalhadores, mesmo com punições.

Com a abertura ainda tímida da transição do regime militar, a conjuntura política do país não permitia a participação democrática reclamada em todo o país. As manifestações dos trabalhadores eram proibidas pela reitoria da universidade, na época afinada politicamente com o alto comando do Exército, através da pessoa do general Newton Cruz. Nas fazendas da universidade, ofereciam-se churrascos e festas regados a uísque e *champagne* para militares e setores do governo e do empresariado, que lá visitavam e se hospedavam. Servidores da infraestrutura da universidade eram escalados para trabalhar nesses eventos, nas atividades de cozinha, conservação e vigilância. Em outras ocasiões, eram levados a prestar serviços em reuniões políticas e administrativas da UFU ou de interesses privados. Por vezes, eram deslocados até para residências e fazendas particulares de influentes figuras do poder.

No âmbito da instituição, quando eram denunciadas essas práticas de usurpação do poder e as recepções oferecidas pela administração da UFU aos empresários, militares e políticos ligados ao Palácio do Planalto, os ânimos se acirravam. O clima político na universidade apontava para a necessidade de mudar o cotidiano do trabalho. Exemplifica isso a conturbada manifestação de professores do curso de Psicologia por democracia, concursos públicos e melhores salários, cuja consequência foi a demissão de oito desses servidores, ainda que a sociedade organizada tenha apoiado os professores. Em outra manifestação, em praça pública, o servidor Gilberto Neves, ao afirmar que *a prática da reitoria é apagar a consciência das pessoas quando existe uma manifestação de oposição ao pensamento dominante na universidade, a tentativa é de calar a voz*,¹⁹ também foi imediatamente repreendido, com sua carta de demissão.

Em fevereiro de 1987, o boletim número 19 da Comissão de Defesa dos Servidores da UFU avaliou a participação dos técnicos administrativos da universidade no IV Congresso da FASUBRA, quando se destacou a eleição de Lílían Machado de Sá²⁰ para diretora da federação. Líder do movimento local na época, Lílían convocava os trabalhadores a participarem das eleições da ASUFUB, marcadas para aquele mês, conclamando-os a não absorverem os comentários maldosos e preconceituosos de representantes do reitor, contrários à eleição da chapa dos trabalhadores para dirigirem a associação. Eis como a Comissão de Defesa dos Servidores se dirigiu aos trabalhadores técnico-administrativos da UFU:

¹⁹ NEVES, Gilberto. Entrevista. Uberlândia (MG), 13 de julho de 2006. Ex-funcionário técnico-administrativo da Divisão de Administração de Registro Escolar (DIARE). Entrevista Concedida a nós.

²⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 16, fita cassete n. 36, 2001.

Companheiros!!! O IV Congresso Nacional da FASUBRA representou um passo importante em nossa caminhada. Foi o reconhecimento a nível nacional de nossa luta. Foi o reconhecimento de várias delegações do Brasil inteiro ao nosso trabalho. Foi esse reconhecimento que levou delegados de várias universidades do Brasil e de todos os cantos do país aclamar a indicação do nome da companheira Lillian, para ocupar a secretaria da FASUBRA. Esse reconhecimento foi comprovado pelo resultado da eleição que elegeu a citada companheira para compor a diretoria da FASUBRA. E o que significa estar na diretoria da FASUBRA? Significa um reforço grande ao nosso trabalho. Significa que daqui para frente o Brasil inteiro estará de olhos voltados para Uberlândia, sabendo da importância que representa a nível local a participação a nível nacional, também reivindicaram cargos. Mas em respeito ao trabalho desenvolvido em Uberlândia pela Comissão de Defesa dos Servidores da UFU, foi escolhido o nome da companheira Lillian. É isso aí, companheiros! A nível nacional nosso trabalho já está reconhecido! Mas para que possamos crescer cada vez mais rumo à defesa de nossos direitos, necessitamos do reconhecimento de todos os companheiros da Universidade Federal de Uberlândia. Esse reconhecimento será dado por todos, votando na chapa "EM DEFESA DOS SERVIDORES"! TODOS ÀS ELEIÇÕES DA ASUFUB NO DIA 12.02.87! Não devemos ficar com medo de comentários do tipo: Essa chapa não é apoiada pela Reitoria, conseqüentemente não terá como manter o Clube da ASUFUB subordinada aos interesses da Administração Superior da UFU. A Comissão de Defesa dos Servidores da UFU não acredita ser esse o pensamento do atual Reitor. Mas acredita também que tudo que conquistarmos deverá ser fruto de nossa luta, de nosso trabalho. O Clube é importante e lutaremos por ele NÃO TEMEMOS O TRABALHO! A LUTA CONTINUA! ATÉ A VITÓRIA! CHAPA "EM DEFESA DOS SERVIDORES PELA CONTINUIDADE DA LUTA!"²¹



FIGURA 10 Ato público com enterro simbólico de representantes da reitoria da UFU na praça Tubal Vilela, de 3 a 5 de maio de 1988.

FONTE: SINTET-UFU.

²¹ COMISSÃO DE DEFESA DOS SERVIDORES DA UFU, *Ligeirinho* — Boletim n. 19, 1987.

Com a vitória dos técnicos administrativos vinculados à Comissão de Defesa dos Servidores para a diretoria da ASUFUB nas eleições de 1987, buscou-se construir uma autonomia política e financeira para a entidade, sem desmontar a prática do esporte e do lazer. Possibilitou-se, também, a conquista de espaço político no interior da associação, permitindo-se a organização de atividades políticas audaciosas naquele momento político. Dentre tantas, destacam-se o enterro simbólico, em praça pública, da figura do vice-reitor da UFU Geraldo de Carvalho e de alguns assessores da reitoria como forma de denunciar à população as práticas de perseguição política e retaliação ao movimento dos trabalhadores. Revelava-se ali o ambiente político do interior da universidade e a necessidade de mudanças na cultura política local.

Apoiada em contatos com companheiros de outras instituições de ensino superior do país, a caminhada para a organização deu frutos. Ao se capacitarem em cursos em outras universidades, os servidores da UFU tinham contato com informações e vivências políticas que possibilitaram reflexões sobre as dificuldades que existiam em Uberlândia. Lílian Machado de Sá, ao conceder entrevista sobre a luta dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU por melhores condições de vida e de salário, fez as seguintes considerações sobre a origem do movimento reivindicatório dos servidores:

*Eu me mudei para Uberlândia em 74 e fui trabalhar na faculdade de Serviço Social e aí, foi lá inclusive que eu fiz o meu, meu, minha graduação. Eu me graduei em Serviço Social lá, eu trabalhei quatro anos na faculdade de Serviço Social e depois fui para universidade, eu entrei na universidade em agosto de 1978, fiquei, trabalhei em vários setores, eu entrei no Hospital Psiquiátrico, de lá eu fui fazer uma residência em Saúde Mental no Rio Grande do Sul. Quando eu voltei para um projeto que foi um projeto assim, inesquecível, eu acho que foi o melhor projeto de extensão que eu já conheci e acho que a universidade não, não trabalhou outro projeto desse porte, nós conseguimos a partir de uma unidade de saúde, nós conseguimos estruturar um projeto que foi compartilhado por dezoito cursos da universidade. As áreas de exatas, engenharia, quer dizer a unidade de saúde funcionava durante o dia com atendimento é, relacionada à questão da assistência à saúde, psicologia, odontologia, medicina e etc., e à noite se transformava em sala de aula né, e a gente trabalhava com a população dando cursos de mestre-de-obras, pedreiro, eletricista e aí com a participação dos estudantes das engenharias né, nas diferentes áreas. Final de semana a gente trabalhava muito com o grupo artes, música, artes cênicas, quer dizer, o pessoal fazia muito teatro, era um negócio assim, muito interessante e mobilizou muita gente da universidade. Foi um projeto que durou quatro anos e que infelizmente não, não resta desse projeto mais nada, mas eu acho que foi uma experiência muito importante.*²²

²² Entrevista concedida por Lílian Machado de Sá, assistente social e atual diretora administrativa do hospital da UFU. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 16, fita transcrita n. 36, 2001.

Sobre a repressão interna na UFU, Lílian relata a seguinte experiência:

Havia, havia sim. Era um negócio assim, violento, aliás, era um negócio assim que não, é que em nível de Brasil não existia mais né, algumas pessoas se sentiam donos da situação. A Universidade era um local em que a liberdade de expressão era proibida, quer dizer, é uma grande contradição, eu me lembro que a primeira vez que eu tomei contato com um movimento reivindicatório na Universidade Federal de Uberlândia foi quando, logo depois da demissão de 8 professores da psicologia, do curso de psicologia, nessa época eu fazia residência no Rio Grande do Sul e eu tinha informações que tava acontecendo isso na universidade, eu não entendia porque que é que oito professores estavam sendo mandado embora né, o que tinha acontecido, qual era a culpa e aquilo nunca foi esclarecido. Quando eu voltei pra Uberlândia um ano depois eu fui, eu fiquei sabendo que eles fariam uma manifestação no centro da cidade, na Praça Tubal Vilela. E que essa manifestação ia ser apoiada inclusive pela Associação dos Professores, eu me lembro que eu trabalhava em uma unidade didática avançada no bairro Jardim Brasília e eu manifestei durante o dia o desejo de ir ao final da tarde à praça e ver o que era aquilo.²³

Sustentada por assembléias que reuniam, por vezes, cerca de 800 pessoas, a Comissão de Defesa do Servidor passou a negociar com a administração da UFU, que até aquele momento relutava em receber representantes da categoria. Os funcionários da UFU se reuniam às escondidas, em suas próprias residências e em salas da igreja Nossa Senhora Aparecida, que acolheu o grupo.

A partir de 1985, os registros de reuniões, assembléias e seminários eram produzidos exclusivamente através de manuscritos. Pequenas anotações serviam para localizar companheiros de trabalho, respectivos números de telefone e para controle das tarefas distribuídas às pequenas comissões. O esforço e a dedicação de servidores em anotar informações importantes justificavam a necessidade de se acreditar na luta e no trabalho coletivo; também possibilitaram o registro histórico dessa memória, com os resultados alcançados pela ação dos sujeitos, pela abnegação, pelas vitórias e pelas derrotas.

Essa documentação reúne registros variados dos fatos. Contém textos datilografados, fotografias em preto-e-branco e em cores, faxes e fitas de áudio e vídeo. Isso demonstra que os aparatos tecnológicos não estiveram disponíveis aos trabalhadores, seja por falta de recursos da própria categoria (contribuição sindical), seja pelo difícil acesso ao maquinário existente na universidade. Essa última situação se evidencia em um memorando de 1987 assinado por um chefe do setor de audiovisual e membro da ASUFUB que proibia o

²³ Entrevista concedida por Lílian Machado de Sá, assistente social e atual diretora administrativa do hospital da UFU. SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. *Projeto Memória*. Pasta n. 16, fita transcrita n. 36, 2001.

empréstimo de aparelhos de som da UFU, sob a justificativa de que só poderiam ser usados a serviço da universidade. Os servidores contavam com automóveis e aparelhos de som de outros movimentos organizados da cidade, em especial os cedidos pela ADUFU.

Essa polêmica era gerada por uma relação política que se dava no embate do movimento com a ASUFUB, associação criada especificamente para o esporte e o lazer. Por outro lado, da parte dos associados havia o sentimento de que seria importante resolver o custeio e a estrutura geral da associação dos trabalhadores, pois se tratava de se discutirem seus problemas do dia-a-dia, os salários e a democratização na UFU e no país. Essa situação gerava desconforto e polêmica, pois, à medida que a entidade agregava elementos políticos e de luta com os compromissos sindicais, havia necessidade de se definirem, de fato, os limites entre o lazer e o espaço político de reivindicação. Por causa disso, a 26 de junho de 1986, foi criado e lavrado em ata o departamento sindical da ASUFUB. A Comissão de Defesa do Servidor, ao assumir a direção da ASUFUB por eleições diretas, optou por enfrentar a dubiedade da função da entidade, que promovia esporte e lazer aos associados, técnicos administrativos e docentes, mas passara, também, a encaminhar a luta política implantada recentemente pelos trabalhadores técnico-administrativos.



FIGURA 11 Posse da primeira diretoria da ASUFUB, em fevereiro de 1987, no anfiteatro do bloco 2A do campus Santa Mônica — da esq. p/ dir.: Marco A. Guilherme (pres. da ASUFUB), Ataulfo Alves M. Costa (reitor da UFU), Lillian M. Sá (então pres. eleita da ASUFUB) e Nelson Bonilha (sec. Municipal de Educação)

FONTE: SINTET-UFU.

Nessa convivência entre duas representações, foi criado na associação o Departamento de Imprensa e Divulgação (DIP), que recebia convites de entidades sindicais, movimentos sociais e da CUT, para eventos de organização das classes popular e trabalhadora. Comunicados conjuntos da ASUFUB e do DCE eram enviados via telex aos setores progressistas das universidades brasileiras, solicitando textos e apoio aos processos eleitorais internos na UFU, ao tratamento isonômico e às eleições livres nos processos internos — sobretudo na escolha do dirigente máximo da instituição, o reitor —, para que os três segmentos (estudantes, técnicos administrativos e docentes) pudessem participar com paridade no peso dos votos.

Em 10 de setembro de 1987, foi realizado pelas entidades o Seminário de Estrutura e Poder na UFU. A participação de funcionários nesse seminário culminou em punições nos setores de gráfica e laboratório de análises clínicas. Foram advertidos e suspensos porque ousaram participar dos debates. Tomadas por chefias de setores, essas atitudes provocaram indignação no meio universitário, que imediatamente publicou o seguinte abaixo-assinado, de 16 de setembro de 1987:

A tentativa de construção da democracia na UFU foi duramente atingida durante a discussão do processo sucessório. A questão da nova Universidade discutida sob convocação da Reitoria, ADUFU e DCE, no seminário sobre Estrutura de Poder evidenciou os primeiros obstáculos à democratização pela qual luta a comunidade universitária. Na última semana, quando da realização do seminário que contou com convidados de representação nacional em nível da associação de docentes, reitoria e técnico-administrativos, sobrevieram surpreendentemente atos autoritários de setores como a gráfica e laboratório de análises clínicas cujos funcionários foram advertidos e suspensos por ousarem participar dos debates.

Entendemos que esta medida surge no sentido de tentar inviabilizar o debate visando manter restrita a questão sucessória, e em face destas arbitrariedades, nós abaixo assinados vimos em público, repudiar estas atitudes que estranhamente vão contra a iniciativa da administração que deu suporte ao seminário.

Exigimos a mais ampla liberdade democrática no processo sucessório, como condição mesmo da legitimidade do próprio Reitor. E isto passa pela revogação das punições que abateram sobre os servidores, bem como a garantia de realização de debates amplos e abertos. Igualmente, conclamamos a toda comunidade a lutar contra a truculência, que se por si é inaceitável nos dias de hoje, caracteriza-se como recurso último de arbitrariedade.²⁴

Em repúdio às retaliações a esses trabalhadores manifestaram-se técnicos administrativos, docentes e estudantes da UFU. O movimento obteve a solidariedade do vereador do PMDB Sebastião Eurípedes, que enviou uma moção de apoio aos trabalhadores e

²⁴ COMISSÃO DE DEFESA DOS SERVIDORES DA UFU. *Ligeirinho* — Boletim n. 32, 1987

denunciou as práticas autoritárias, em documento assinado em 17 de setembro de 1987. Assim se pronunciou o vereador:

[...] Lamentavelmente o processo vem tomando um rumo que se caracteriza pela falta de democracia através do cerceamento dos debates. A repressão e a intimidação, tão próprios da ditadura, repudiadas por todos os seguimentos da sociedade civil e o seu compromisso com a pátria justa e livre [...] processo este apoiado por todos os vereadores desta casa.²⁵

Como se vê, a relação da entidade com o movimento político dos servidores técnico-administrativos teve muitas dificuldades, considerando-se que as contribuições percebidas pela entidade eram feitas nas categorias dos técnicos e docentes. Criticada por alguns associados, a “partidarização” da ASUFUB foi negada por diversos professores e técnicos administrativos, como necessidade vital à defesa dos trabalhadores e da democracia na universidade.

²⁵ COMISSÃO DE DEFESA DOS SERVIDORES DA UFU, *Ligeirinho* — Boletim n. 32, 1987.

Capítulo 3

A CONSTRUÇÃO DO SINTET-UFU

A partir da segunda metade dos anos de 1980 e, sobretudo, na década seguinte, as mudanças políticas na conjuntura nacional indicavam que o Brasil caminhava para um processo de redemocratização — embora no plano político institucional setores conservadores, aglutinados em partidos políticos de direita, permanecessem no controle do cenário político. Sob o domínio do capital, estavam os trabalhadores, que a partir das últimas décadas passaram a ter sucessivas perdas salariais. A política estatal de reforma e diminuição, que começava a ser gestada, ofuscava a reação dos trabalhadores, que via o número de postos de trabalho diminuir. A mecanização instalada pelo país reduzia a mão-de-obra assustadoramente; logo, aumentava a fila dos desempregados e intensificava-se o contingente dos trabalhos informais nas esquinas, nas portas de residências, nos espaços públicos e nas calçadas. Assistia-se a uma progressiva perda de conquistas históricas. Forçada, parte dos empregados abre mão de benefícios: negocia férias coletivas e estabilidade. Para não perderem o emprego, alguns chegam a optar por adquirir cotas nas empresas em falência, e não foram raros os casos de demissões, por vezes em massa.

No âmbito das universidades federais, tanto os docentes (através do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES) quanto os técnicos administrativos (por meio da Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras/FASUBRA) promoviam reuniões, assembléias, encontros, congressos e faziam gestões entre parlamentares; noutras palavras, contribuíam a seu modo para os destinos da Nação. Esse panorama compunha o contexto em que foi construído o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (SINTET-UFU), influenciando as decisões a serem tomadas.

Após três anos de ação efetiva em defesa dos direitos dos trabalhadores ao lado da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), os técnicos administrativos da UFU promoveram a discussão sobre a filiação da entidade à Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou à Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Tal iniciativa buscava fortalecer a instituição sindical com a construção de uma entidade nacional. Montou-se uma estrutura de peso político capaz de obter espaço e alcançar resultados nos poderes Legislativo e Executivo. Voltadas à educação e orientando suas

reivindicações para a defesa da democratização do país, as entidades nacionais, assim como outras que defendiam interesses dos trabalhadores, buscavam uma unificação das categorias nas lutas, mais verbas para educação e planos de carreira.

Ao mesmo tempo, promoviam-se campanhas salariais para recuperar perdas acumuladas a partir do Plano Cruzado I, com base nos índices do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e defendiam-se os princípios da qualidade do ensino. Os servidores públicos engrossavam o coro em defesa da estabilidade no emprego e da realização de concursos públicos.

Como resultado, houve mudanças significativas no campo social, incorporadas à Constituição de 1988; dentre elas, destaca-se a estabilidade no emprego — historicamente defendida pelos servidores públicos. Muitas dificuldades por que passaram os trabalhadores foram banidas das políticas governamentais não por iniciativa do governo, mas por causa da implementação de decisões aprovadas, sob pressão popular, pelo Congresso Constituinte de 1988.

Com a criação de um sindicato regional — representativo dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU e da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), de Uberaba, foi possível a institucionalização do SINTET-UFU. Nesse estágio de organização do movimento, foi criado o sindicato pela união dos trabalhadores das duas universidades. Sediada em Uberlândia, a direção regional era composta de uma diretoria geral, de duas presidências: uma da seção sindical em Uberlândia, outra em Uberaba. Segundo Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, servidor da UFU, ex-presidente da seção sindical de Uberlândia, ex-coordenador geral do SINTET-UFU e atual coordenador da FASUBRA,

a criação do Sindicato regional foi uma opção para se evitar constrangimento, do não-cumprimento da orientação da Federação, que era da criação de sindicatos regionais. Tanto é assim, que os trabalhadores da ASAV [Associação dos servidores de Viçosa em Viçosa — Minas Gerais], debateram por uma semana a construção do seu sindicato e no dia da assembléia decisiva, foram surpreendidos com um impedimento legal gestado na assembléia coordenada pela Reitoria da Universidade Federal de Viçosa com aproximadamente 50 pessoas. Da mesma maneira os trabalhadores associados da ASUNIRIO da Universidade do Rio de Janeiro, não conseguiram registrar seu Sindicato por força existência do SINTUFERJ Sindicato dos trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, existente naquele Estado.²⁶

Em *Fragmentos, imagens, memórias — 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia* traz o seguinte registro colhido entre os então organizadores do movimento:

²⁶ SANTOS, Paulo Henrique R. Entrevista. Uberlândia (MG), 23 de setembro de 2006. Atual coordenador-geral da FASUBRA. Entrevista concedida a nós.

O SINTET-UFU foi fundado no ano de 1990 por integrantes da ASUFUB (Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia), filiado à FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras). Antes denominado Sindicato Regional dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau caracterizava-se por sua tentativa de atuação regional abrigoando, as cidades de Uberaba e Uberlândia, bem como a Universidade Federal de Uberlândia e a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Com uma diretoria mista, ou seja, parte dos diretores pertencentes à UFU e parte pertencente à FMTM, a entidade desenvolvia suas atividades em conjunto nas duas cidades, sendo que a sede estava localizada em Uberlândia, e em Uberaba mantinha-se uma seção sindical [...] Segundo a ata de posse da primeira diretoria e Conselho Fiscal, que data de 22/11/1990, os primeiros empossados para o exercício do cargo por dois anos de Presidente e Vice-presidente, Lilian Machado de Sá e Paulo Henrique Rodrigues dos Santos [...] No ano de 94, no Congresso realizado na Fazenda Capim Branco, o SINTET-UFU se desvinculou da seção regional e tornou-se o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia. Em 1998, algumas mudanças ocorreram na organização da entidade sindical. Para o biênio de 1998–2000, optou-se por uma Coordenação Colegiada.²⁷

Isso nos leva a entender a árdua caminhada dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU e os percalços encontrados na organização do movimento.



FIGURA 12 Ato público, em maio de 1998, da jornada nacional por emprego e direitos sociais
FONTE: SINTET-UFU.

²⁷ GOMES, Aguinaldo R.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. SOUSA NETTO, Miguel R. (Org.). *Fragmentos imagens memórias, 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 109.



FIGURA 13 Marcha popular pelo Brasil em 1999 em prol de terras, emprego, direitos sócias e contra o liberalismo

FONTE: SINTET-UFU.

A reação do servidor Paulo Henrique era um sentimento que crescia entre os trabalhadores e se manifestava em várias regiões do país. No caso da UFU, era um sentimento de impotência num contexto de sufoco na universidade que impelia os trabalhadores a responderem a seus superiores e ao governo. Como estímulo, havia a mobilização de trabalhadores noutras regiões, sobretudo no ABC paulista, cujo diferencial era a capacidade organizativa demonstrada pela categoria. Nesse clima, a partir 1985, tiveram início as reuniões de trabalhadores na UFU. As pessoas ligavam umas para as outras, chamando para a constituição de grupos de discussão. Organizada por telefone, a primeira reunião reuniu um contingente que ocupou o campo de futebol do *campus* Santa Mônica. Para esse processo, foi relevante a contribuição da CUT, da Pastoral Operária e de outros sindicatos.

O setor público de então era disputado pelos lojistas, que almejavam vender para os funcionários da universidade por causa da garantia de pagamento. Assim, a luta dos servidores passou a ser visível a muita gente: nas passeatas durante as greves e manifestações de rua, os trabalhadores lojistas os aplaudiam e os moradores dos edifícios externavam seus cumprimentos, aplaudindo e jogando papel picado. As palavras de ordem e as faixas mostravam o espírito público de quem reclamava por mais recursos para universidade pública, melhores salários, condições de trabalho, saúde e educação de qualidade.

Com a consolidação do movimento sindical, intensificaram-se as lutas contra o autoritarismo na UFU e em prol da valorização do servidor técnico-administrativo e de campanhas salariais e eleições paritárias no âmbito da instituição — nesse último caso, em

*Interesse
do
mercado*

especial, as eleições para reitor. Para isso, foi fundamental a luta unificada com os segmentos dos estudantes e dos docentes.



FIGURA 14 “Paridade já!” era o nome do movimento pró-igualdade nas eleições na UFU.
FONTE: SINTET-UFU.

Uma das tarefas incansáveis do sindicato tem sido acompanhar, compor comissões e fiscalizar ações e decisões que afetam os trabalhadores e a sociedade. Às diretorias, cabem a responsabilidade e o compromisso de acatar o estatuto e o regimento da entidade, assim como mostrar transparência nas ações de membros eleitos para coordenar o sindicato. A credibilidade é a qualidade central que tem assegurado o respeito e a confiança da categoria. Não por acaso os espaços de representação nos conselhos superiores da UFU foram conquistados e os representantes dos servidores têm sido convidados a participar de debates, visitar setores e conversar com chefias a fim de construir saídas para muitos conflitos.

Em fóruns internos organizados pelo próprio movimento, congressos universitários, assembléias conjuntas e várias outras formas de ação, os servidores técnico-administrativos reivindicaram e conseguiram a adoção da paridade na constituição das representações. Isso é muito significativo para mudar uma cultura instalada de que os trabalhadores técnico-administrativos são meramente cumpridores de ordens, sem oportunidades para discutir e implementar projetos — numa palavra, trabalhador de segunda categoria. Essas são oportunidades em que eles demonstram empenho e contribuição para a construção da universidade pública

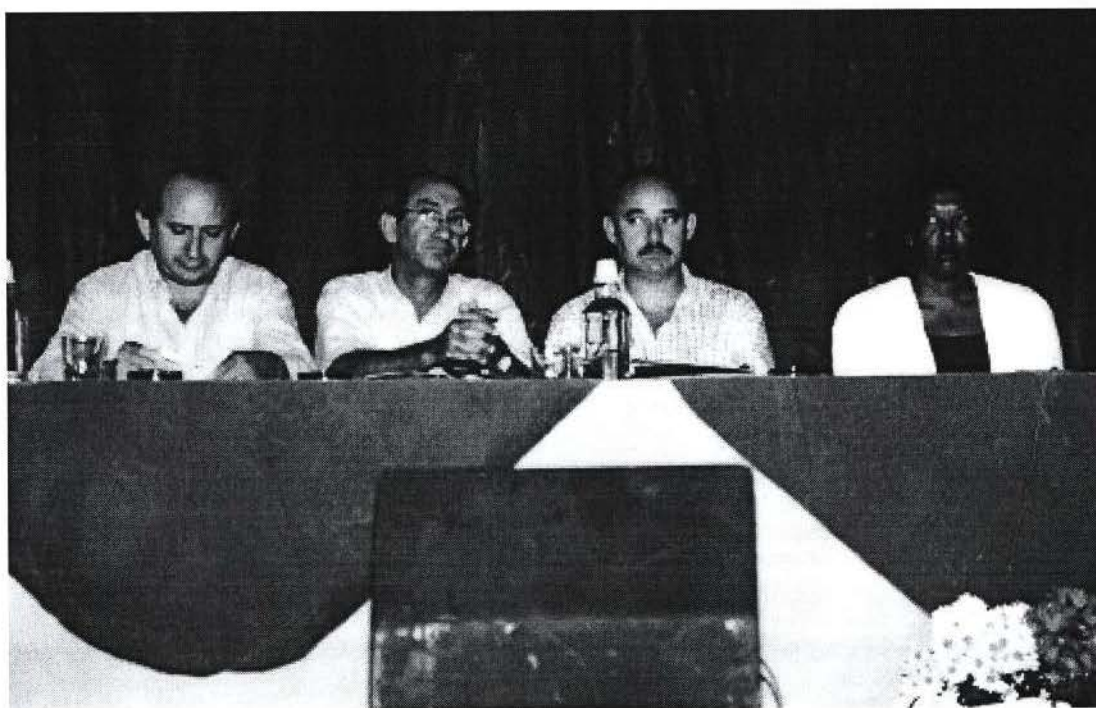


FIGURA 15 (Esq. p/ dir.) Vereador Aniceto Ferreira, Antonio Vigilante (ex-pres. do Sindicato dos Servidores Municipais de Uberlândia/SINTRASP), José Maria de Almeida (ex-coord.-geral da FASUBRA) e Maria Aparecida Silva (ex-coord. do SINTET-UFU), no II Encontro Nacional da FASUBRA/Sudeste II, de 4 a 6 de junho de 1999

FONTE: SINTET-UFU.

Os enfrentamentos na década de 1990 foram marcados por congressos da categoria (Congresso Nacional de Educação/CONED) e pela defesa dos hospitais universitários, das políticas educacionais, da saúde, da pesquisa e das políticas públicas. Nesse período construiu-se um cenário complexo: se, por um lado, os servidores conquistaram estabilidade constitucional no emprego, que favoreceu a participação política deles ante seus superiores; por outro lado, isso se tornou problemático, pois esses superiores passaram a rotulá-los de oportunistas. Nota-se aí a permanência de uma tese proveniente de décadas anteriores: ainda que com outra roupagem, trata-se da mesma fala de quem entende a universidade como escola que precisa se preocupar só com os contratos e números a serem divulgados para justificá-la. Ainda que camuflado, esse processo de assédio moral se insere na mesma lógica autoritária: para se desqualificar o movimento, recorre-se ao argumento de que os servidores, ao se ausentarem para participar das assembleias e das greves, ocupam-se em serviços particulares, fazem compras, ficam em casa ou permanecem ociosos no setor de trabalho.

Eis algumas mazelas enfrentadas no meio sindical. Pelo caminho da desmoralização, tentam mostrar a insignificância do trabalhador, que, ao se envolver em mobilizações sindicais, deve ser substituído para evitar redução no cumprimento das tarefas. São falas que,

lo que é plágio

embora preconceituosas, aparecem com frequência, sobretudo quando alguns profissionais e estudantes se envolvem com dados projetos financeiramente grandiosos e recompensadores. Exemplificam isso alguns dos muitos cursos de especialização na UFU que são pagos: trata-se de um tipo de privatização interna pela qual se tenta cooptar o servidor a participar dos ganhos e, assim, criar uma cumplicidade que respalde o individualismo remunerado.



FIGURA 16 Convocação em 30 de janeiro de 1998 para acampamento dos servidores em Brasília contra as reformas e a política do governo de Fernando Henrique Cardoso
FONTE: SINTET-UFU.

Essas tentativas de descaracterização do sindicato têm contribuído para desviar a atenção do trabalhador. Implanta-se, assim, o sentimento de repulsa, a ponto de alguns trabalhadores sentirem aversão ao movimento sindical. Isso tem gerado até algumas contradições. Dentre elas, cabe destacar a postura de alguns técnicos administrativos ao afirmarem que o sindicato não faz nada por eles, por isso não participam das ações por ele convocadas porque não acreditam. Ao mesmo tempo, essas pessoas entendem que o sindicato tem de defendê-los. Mas muitos não percebem que, na maioria das vezes, esse trabalhador — sindicalizado ou não — é defendido contra práticas desencadeadas pelos mesmos agentes que procuraram, ou conseguiram, cooptá-lo. Outros ex-militantes ativos que não mais participam do movimento, embora acreditem nele, o fazem por desilusão com as reformas feitas nos últimos tempos no âmbito do movimento sindical e com os efeitos na categoria. Muitos criticam, por exemplo, a linha majoritária adotada pela CUT, sobretudo no que se refere ao

caminho do entendimento negociado, em substituição àquele movimento mais aguerrido da década de 1980.

Sobre isso, relata Armando Boito Jr.:

A corrente hegemônica da CUT passou a apregoar que seria necessário abandonar o sindicalismo dos anos 80, que teria sido, segundo sua avaliação, meramente defensivo e reivindicativo. Nas palavras dos dirigentes da CUT tratava-se de abandonar a postura de "apenas se opor por ser contra", para passar a apresentar "alternativas concretas para todos os problemas importantes da política nacional". Na reunião plenária da CUT que realizou em Belo Horizonte em agosto/setembro de 1990, quando, pela primeira vez, a direção da CUT apresentou a nova estratégia, Jair Meneguelli, então presidente da Central, definiu assim a nova linha sindical: "É preciso deixar de dizer apenas não e começar a dizer sim, apresentando propostas alternativas".²⁸

Dito isso, observa-se entre os servidores da UFU um fenômeno de abrangência mais ampla. De uns tempos para cá, boa parte do capital nacional que circulava no país — nas cadeias produtivas e no bolso dos trabalhadores — enfrentou as conseqüências dos investimentos especulativos em âmbito mundial. Com a ausência do dinheiro antes aplicado na compra de produtos de primeira necessidade e vestuário, os trabalhadores passam a renegociar cartões de créditos e contrair dívidas, alongando cada vez mais os prazos para pagar suas contas. Endividados, os trabalhadores já nem recebem salários; apenas os extratos de compras feitas.

Implementada pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, a redução do estado é o exemplo real do mercantilismo social. Desde os anos de 1990 os trabalhadores têm se esforçado para escapar às demissões; para isso, são forçosamente levados a negociar redução de salários e benefícios. Mesmo nessa conjuntura adversa se pode dizer que, no processo de luta, grande parcela da base do SINTET-UFU adquiriu consciência crítica, pois os trabalhadores têm procurado constantemente o sindicato para superar dificuldades nas relações de trabalho, informar-se ou esclarecer dúvidas.

Na década passada, o SINTET-UFU participou de manifestações de resistência dos trabalhadores e de movimentos populares, além das lutas em defesa da universidade pública e por melhorias nas condições salariais e de vida dos servidores. Também participou de ações contra o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), as privatizações nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a política dos transgênicos, a base de Alcântara — enfim, foi contrário a muitos dos ataques contra a população pobre do Brasil.

²⁸ BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 142.

Exercen-se a discussão? Tive a sensação do macabro... do folego da morte...

figuras
isoladas ???
estas inseridas como texto?



FIGURA 17 Ato público em Belo Horizonte/MG (fevereiro de 1997) contra a instalação da ALCA
FONTE: SINTET-UFU.



FIGURA 18 Encontro promovido pela coordenação de políticas anti-racistas da FASUBRA.
FONTE: SINTET-UFU.

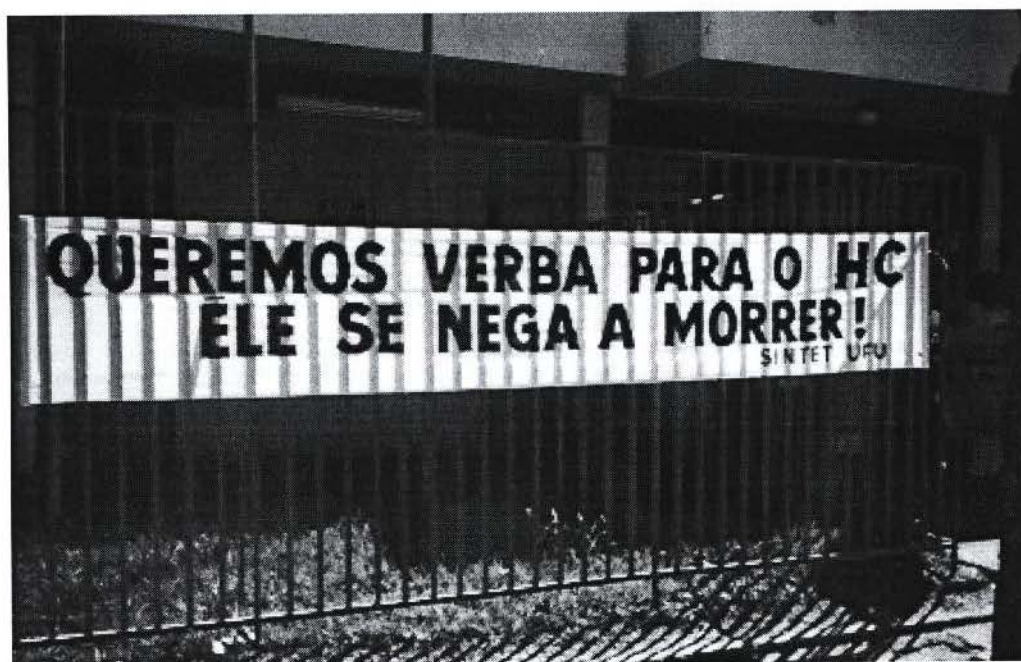


FIGURA 19 Faixa de ato público promovido por trabalhadores da FAEPU, em julho de 1998, contra demissões

FONTE: SINTET-UFU.

Considerações finais

A realidade econômica, política, social ou cultural de Uberlândia compõe um quadro em que as imagens estão bem mais definidas. No que se refere à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), podemos dizer que seus servidores romperam com as intimidações impostas por certos setores dirigentes e estão mais conscientes de seus direitos; mais que isso, muitos estão dispostos a participar das frentes de luta em prol desses direitos.

Essa instituição cresceu e aumentou seu grau de importância regional e nacional. Exemplo disso é o Hospital de Clínicas, criado como hospital-escola e que se projetou. Dentre outros procedimentos, nele são feitas consultas e cirurgias de alta complexidade, que atendem pessoas não só de Uberlândia e da região, mas também de outros estados. Além disso, aumentou significativamente o número de graduados, especialistas, mestres e doutores formados pela UFU, que continua a formar anualmente diferentes profissionais para exercer variadas atividades.

Nesse contexto de crescimento, destaca-se a contribuição dos servidores técnico-administrativos, engajados ou não nos movimentos políticos. Contribuíram e contribuem, seja para o desenvolvimento diário de suas tarefas, os projetos institucionais ou para o movimento sindical. Isso porque muitos deles compreenderam o significado real do que é servir ao público sem inferioridade ou subserviência. Para muitos, a UFU foi, de fato, um espaço de aquisição de conhecimentos — ainda que não tenham ocupado carteiras em sala de aula. Mesmo os analfabetos ou semi-alfabetizados aprenderam a dominar seus ofícios, envolveram-se na luta e qualificaram-se com a experiência da vida.

Como resultado, muitos desses servidores passaram a compreender e se envolver em questões vinculadas às políticas municipal, estadual e federal. Hoje, essa categoria é reconhecida pelo seu engajamento em muitas frentes, tanto as específicas quanto as de caráter mais amplo, em especial a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. E, nesse processo, a construção do SINTET-UFU foi — e continua a ser — referência fundamental.

Como contrários
nos mesmos está
monito e
acabado
Um de nós os
bruhos? Como
transformar se já
está acabado!

tanto que
nos links
seguintes
Vc aponta
ou des
monta
quebra
o que está
va defin
do... a
luta dos
funcioná
rios vai
defendendo
seus
conformos
a esta
estrutura

De acordo c/ Gabriel = Engajado = conformismo.

Urbanização e Associação de moradores do Bairro D. Fulmora em
Uberlândia - no período de 1979/1988
1999 - A cidade passada à tempo: condições e vida e experiência dos
Trabalhadores da limpeza pública Uberlândia 1982-1997
1603 - "A experiência dos trabalhadores na constituição das relações
sociais no espaço urbano 1950/1999 →

REFERÊNCIAS

(Relatório FAPEMIG e monografia)
catadores de papel | trabalhadores da construção civil | trabalhadores domésticos
Aíça | Ambulantes | Chayos | Canocena

Fontes documentais

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA/SINTET-UFU. Projeto Memória. Pasta n. 9, entrevista 21B,
2001.

- _____. Projeto Memória. Pasta n. 9, entrevista n. 31, 2001.
- _____. Projeto Memória. Pasta n. 13; entrevista n. 30, 2001.
- _____. Projeto Memória. Pasta n. 16, fita cassete n. 36, 2001.
- _____. Projeto Memória. Pasta n. 16, entrevista 37, 2001.
- _____. Projeto Memória. Pasta n. 19, entrevista 42 a 46, 2001.
- _____. Projeto Memória. Pasta n. 21.2, 2001.

Quem são os entrevistados? período
de trabalho, funções que
desempenhavam,
são informações
importantes que
estão dando o seu trabalho.

Periódicos

COMISSÃO DE DEFESA DOS SERVIDORES DA UFU. Ligeirinho — Boletim n. 19, 1987.

- _____. Ligeirinho — Boletim n. 32, 1987

Fontes bibliográficas

BOITO JR., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR., Armando et al. (Org.) O
sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 45-6.

CAETANO, Coraly; DIB, Miriam C. (Org.). A UFU no imaginário social. Uberlândia: EDUFU,
2003, p. 116.

GOMES, Aguinaldo R.; WARPECHOWSKI, Eduardo M. SOUSA NETTO, Miguel R. (Org.).
Fragmentos imagens memórias — 25 anos de federalização da Universidade Federal de
Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: NORONHA, Eduardo et al.
(Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 96.

VASCONCELOS, Maria H. F. Dias de violência — o quebra de janeiro de 59. 1993. 115 f.
Dissertação (mestrado em Educação na Área de Ciências Sociais Aplicadas à Educação) —
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

Bibliografia geral

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até
a aliança nacional libertadora. São Paulo: Cortez : Ensaio: Autores Associados, 1982
(Coleção Teoria e Prática — 2ª ed. 1988).

HOBBSBAWN, Eric. A era dos impérios — 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

1613 - Bairro e fábrica: Espaço político e Participação popular. Vida - 1980-1986
1622 - Anomalia do movimento em Uberlândia: Uma análise das manifestações
populares no contexto da greve sistêmica Uberlândia - 1989-2001
→ 1636 - Sobre Associações (vários) e Urbanização e Sindicalismo em Vida
1979-1980

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. *Seleção SEEBRAP I*, São Paulo, Brasiliense, 1975, p 30–31.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Depoimentos

FERREIRA, Laura. Entrevista. Uberlândia (MG), 24 de setembro de 2006.

MARÇAL, Doralice C. Entrevista. Uberlândia (MG), 18 de agosto de 2006.

NEVES, Gilberto. Entrevista. Uberlândia (MG), 13 de julho de 2006.

SANTOS, Paulo Henrique R. Entrevista. Uberlândia (MG), 23 de setembro de 2006.

SANTOS, S. Entrevista. Uberlândia (MG), 24 de setembro de 2006.